



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Órgão da Tendência pelo Partido Operário Revolucionário — Ano I — nº 6 — Março de 1990

Por uma Oposição Revolucionária a Collor Combater nas Ruas o Plano Antinacional e Antipopular

Está claro que o Plano Collor desencadeia uma ofensiva contra as massas. Seu conteúdo: recessão, desemprego, carestia e repressão. Promete desestatização, desnacionalização e mais lucro aos capitalistas. Os trabalhadores terão de reagir. A mobilização grevista é a única saída para os oprimidos. Ganhar as ruas, organizar os comitês de luta e preparar a greve geral é a forma de resistir. Sem a luta direta de massa, o Plano Collor esmagará as condições de vida dos assalariados. É por isso que repudiamos a bandeira da direção do PT de oposição democrática, parlamentar e de governo paralelo. Nada disso! Nada de discurso no parlamento! Chamar os trabalhadores à luta grevista! Eis a verdadeira oposição revolucionária: a luta de classes.

Mobilizar nacionalmente os trabalhadores por:

Reajuste imediato de 200% para todos!

Salário Mínimo real (DIEESE)! Escala Móvel dos salários!

Terra aos camponeses pobres!

Moradia a todos os trabalhadores!

Não pagamento da dívida externa!

Abaixo o Plano Collor! Abaixo o governo pró-imperialista!

Convocar um congresso extraordinário da CUT!

Organizar a greve geral! Formar os comitês de luta!

A situação exige retomar o eixo grevista e a luta de massa

O início deste ano esteve marcado pelo fazió político deixado pelo governo Sarney, pelas crises antecipadas em relação a política econômica do futuro governo Collor e pelo marasmo que domina as direções sindicais depois da derrota de Lula nas eleições presidenciais.

Numa situação de desgoverno e de crise profunda, o proletariado tem todas as condições para avançar sua luta e conquistar posições. Isto só não acontece porque as massas saíram do período da campanha eleitoral desarmadas pela política eleitoreira das direções, que apontavam para a conquista de um governo reformista como forma de solução para a crise, e porque a CUT encontra-se paralisada. Nem mesmo a hiperinflação que reduz os salários à metade na data do pagamento conseguiu mover a burocracia cutista. A raiz de tal paralisia está na política democratizante da direção cutista, que traça sua linha de intervenção a partir das pressões democráticas burguesas do Estado. Inclusive agora, o ponto de partida para definir seu plano de ação imediato está na caracterização do governo Collor como simplesmente conservador, e da defesa de uma oposição democrática ao mesmo, que se materializa numa luta de pressão parlamentar, numa frente "progressista", ou no governo paralelo proposto pelo PT.

A Caracterização do Governo Collor

Para se traçar uma linha de intervenção proletária é necessário uma definição clara e correta do caráter do novo governo.

O próprio Collor se define como um governo popular, porque está assentado em 36 milhões de votos, e, portanto, seria o governo da soberania popular. A burguesia, no jogo da democracia formal capitalista, cria a ilusão da existência da soberania das massas vinda das urnas para esconder que os assalariados são arrastados para uma candidatura patronal através das manobras, do engano, da propaganda, da corrupção política e do exercício do poder econômico, que sempre prevalece no campo próprio da disputa burguesa. Esse engano será utilizado para respaldar a aplicação do plano antinacional e antipopular, e para dar continuidade à exploração de classe.

Por outro lado, a definição pelos reformistas do PT e da Frente Popular do caráter "conservador" do governo Collor serve para es-

conder o caráter de classe do mesmo. Aparentam que nas eleições deu-se uma polarização entre uma variante progressista (Lula) e outra conservadora (Collor), que dividiu o país em dois. Essa colocação é necessária para concluir na linha de exercer uma oposição democrática. Esta se traduz na pressão sobre o Congresso e sobre o novo governo, dentro dos limites da Constituição e da ordem estatal, isto é, sem que as massas se rebelam e desestabilizem as instituições democráticas e o poder burguês. A insistência do PT em formar o chamado "governo paralelo" juntamente com os chamados partidos "progressistas" cumpre função essencial na realização dessa linha. Mas seus aliados estalinistas, sociais de-

mocratas, etc. não se animaram com a idéia, afirmando-se por uma oposição "responsável". As conversações entre os "três mosqueiteiros" de Collor (Calheiros, Cabral e Chiarelli) e os aliados do PT, Bisol e Fernando Henrique, mostram que todos estão pela governabilidade de Collor. Apesar das nuances, tanto o governo paralelo quanto a oposição "responsável" se enquadram nos limites do regime político e servem para sua sustentação.

Onde fica a CUT

A atitude da CUT reflete a posição do PT em relação ao novo governo. Ao diluir o con-

Uma política de desastre

O boletim Informa CUT nº 87, de janeiro de 1990, reproduz as resoluções da reunião da Executiva Nacional da CUT dos dias 10 a 12 de janeiro, em especial o Plano de Ação da CUT para 1990. O informe parte da caracterização do governo Collor como "conservador", em oposição àquele que teria sido o das "forças progressistas", do "projeto popular para o Brasil", de Lula e da Frente Popular. E do papel "fundamental e inovador" da ampla frente progressista que se formou nas eleições presidenciais. A partir daí, conclui que, em 1990, terá um papel decisivo a unidade das forças progressistas nas próximas eleições, para opôr as "soluções progressistas e democráticas" às "saídas conservadoras" do futuro governo, para a "defesa das desprivatizações e das prioridades sociais para o Estado", e para a "luta pela regulamentação dos direitos constitucionais".

Propõe-se ainda a "negociar com o executivo" sobre questões "de interesse dos trabalhadores". Em relação ao "vazio" em que foi jogado o país no intervalo entre as eleições e a posse, se propôs à "defesa da democracia", mesmo diante de um quadro onde "agrava-se a situação salarial e pioram as condições de vida da maioria da população".

Aqui podemos ver concretamente como a caracterização do futuro governo e do frentismo populista jogam um papel central na determinação da linha proposta pela burocracia sindical. Através da corrente Articulação, o PT leva à CUT o frentismo eleitoreiro e conciliador. Diante de um quadro de "vazio", propõe que a CUT defenda a democracia, ou seja, que não chame os trabalhadores à luta para não por em risco as instituições democráticas. Diante de um quadro de tremendo ataque às condições de vida das massas, a direção da CUT chama à pressão parlamentar sobre o governo e o Congresso, para regulamentar a Constituição, e à conciliação com os "progressistas" para, através das eleições, opôr a solução utópica reformista ao ataque bestial do imperialismo, que virá pelas mãos de Collor. Por fim, propõe demagogicamente a luta pelo pagamento semanal. Demagogicamente porque não toma nenhuma medida prática para sua efetivação, fica só colocando a necessidade de "um movimento reativo dos trabalhadores". Ora, os trabalhadores já começam a reagir, quem precisa se mexer é a direção da CUT para organizar a luta nacionalmente. A proposta de colocar como eixo central de ação as eleições e a pressão parlamentar, através da unidade com os partidos burgueses "progressistas", além de utópica e reacionária, está na contramão das tendências de luta e de independência das massas, e só pode levar ao desarmamento diante do ataque antinacional e antipopular do governo Collor.

Uma conduta burocrática

A decisão de colocar a CUT para funcionar como pilar da política frente populista parlamen-

teúdo burguês do governo Collor e dos chamados progressistas, assim como da política estalinista, acaba concluindo na defesa da "unidade de ação dos setores progressistas" e na disposição de "negociar com o executivo". Por essa razão, a proposta da luta pelo pagamento semanal dos salários corrigida pela BTN fiscal, que se impõe pela alta inflacionária, acaba assumindo um conteúdo demagógico à medida que não se toma nenhuma medida prática para que se desenvolva. Assim, a ausência de uma política de classe, proletária, e a presença dominante de uma política pequeno burguesa de oposição parlamentar levam a CUT à paralisia. Frente a já conhecida investida de Collor que virá contra as massas, a CUT apresenta-se desarmada. E as massas, que tendem a resistir têm sua tendência de luta bloqueada.

Um governo da reação

A caracterização de classe do governo Collor só pode ser a de capitalista e pró-imperialista. Capitalista porque representa os interesses da minoria exploradora contra a maioria explorada. Através do mesmo, se exercerá a ditadura de classe burguesa contra a maioria explorada e oprimida. Por mais que

se apoie em mecanismos da democracia formal, não deixará de exercer esse papel. Pró-imperialista porque expressará as pressões do imperialismo, que exige a quebra de qualquer resistência nacional à nova etapa de recolonização, determinada pelo quadro convulsivo da crise estrutural. Está comprometido também com os setores capitalistas nacionais associados aos opressores internacionais.

Os reformistas, populistas, centristas e estalinistas escondem o caráter capitalista e pró-imperialista do governo Collor com seu rótulo de conservador, com a hipócrita linha de oposição parlamentar e popular e governo paralelo, e com o embelezamento da democracia burguesa formal. Com isso, acabam desarmando o proletariado para enfrentar esse governo e o regime político no seu conjunto, e bloqueiam a possibilidade das massas se levantarem numa luta anticapitalista e antiimperialista.

A Oposição de classe ao governo burguês pró-imperialista

Impõe-se resistir à ofensiva antinacional e antipopular do governo Collor. Antinacional porque o governo se propõe a utilizar o poder do Estado para desnacionalizar a economia.

tarista foi tomada pela Executiva Nacional sem nenhuma consulta às bases da Central. A reunião da direção nacional convocada para depois da posse de Collor só tem um caráter de preparar a materialização dessa proposta, considerada fato consumado pela Executiva.

A proposta de que a CUT sustente uma frente de pressão parlamentar e eleitoral com os partidos burgueses "progressistas", chamando os trabalhadores a se colocarem a reboque dessa perspectiva, abre caminho para a conciliação de classes. As bases cutistas já se posicionaram diversas vezes em congressos e plenárias da Central no sentido da independência de classe da CUT em relação ao Estado e aos partidos burgueses. A decisão da Executiva Nacional se choca com a já manifestada disposição classista das bases da CUT. Trata-se portanto de uma imposição burocrática da Articulação, que imprime assim a sua política à revelia das bases cutistas.

A CUT, como referência nacional para os explorados, não pode se recusar a assumir o seu papel de centro aglutinador e organizador dos trabalhadores no sentido de resistir ao plano de miséria nacional de Collor em favor de sustentar a política reformista do PT, de conciliação com os partidos burgueses.

Num momento em que se impõe uma grande mobilização nacional para impedir a destruição massiva das forças produtivas, em especial a da força de trabalho, e para intervir na crise política e econômica de maneira independente, a CUT não pode cair no jogo das pressões parlamentares ou em apontar para os trabalhadores a perspectiva de mudanças através da vitória eleitoral, só porque a Articulação assim o quer.

É preciso mobilizar os trabalhadores pelas bandeiras de luta que a situação coloca (aumento geral dos salários, salário mínimo real, escala móvel de salários e horas de trabalho, terra aos camponeses pobres, não pagamento da dívida externa, etc) e impulsionar os organismos de base de luta (zonais da CUT, comissões de fábrica, conselhos populares, etc), rumo à greve geral por tempo indeterminado. Para que a CUT assumo o seu papel na condução desse movimento, é necessário a convocação de um Congresso de Base em defesa de uma campanha nacional de luta.

Em oposição à imposição burocrática da linha eleitoreira e conciliadora, que desarma os trabalhadores e paralisa a CUT a militância classista da CUT deve lutar por um Congresso com ampla participação das bases e das oposições sindicais, convocado a partir de assembleias dos sindicatos, organizações populares e da construção dos comitês de luta, de ação direta. Um congresso de organização da luta e não de discussões demagógicas de teses e mais teses. Um congresso que vise a unificação ao redor das consignas de luta e que exija a convocação das assembleias em todos os sindicatos, associações populares, etc e que impulsiono a participação dos trabalhadores nos sindicatos, zonais e regionais da CUT e os transforme em instrumentos de luta. Um congresso para colocar a CUT a serviço de impulsionar as tendências de luta das massas, e não da conciliação de classes e do eleitoralismo.

passando parte de setores produtivos chaves para as mãos do imperialismo e abrindo o mercado para a penetração dos poderosos monopólios internacionais. Antipopular porque agravará as condições de vida das massas, aumentando a superexploração já existente e promovendo a destruição de parte das forças produtivas (recessão), como exige o imperialismo, a qual se traduz em desemprego massivo e maior destruição física dos trabalhadores.

A oposição parlamentar é incapaz de resistir a essa ofensiva. Ao contrário disso, impõe-se uma oposição revolucionária ao governo burguês pró-imperialista, que lute por erguer as massas contra a opressão nacional e social. Opendo-se firmemente ao plano econômico pró-imperialista, levante uma política antiimperialista e de defesa radical das condições de vida as massas, que terá como aspecto central a resistência à ofensiva antinacional e antipopular. Esta deve ser a posição da vanguarda revolucionária e das massas frente ao novo governo capitalista.

As tarefas da situação: Preparar a greve geral

Enquanto a burguesia acertava os detalhes do Plano Collor que atacará as condições de vida dos assalariados, a burocracia reformista aguardou os acontecimentos. Em oposição à apatia da burocracia e as manobras democratizantes, impõe-se a luta pelas reivindicações defensivas, base para a colocação do programa antiimperialista e anticapitalista. Chamar o proletariado a lutar pela escala móvel de salário (reajuste semanal integral da inflação), salário mínimo real, reposição das perdas, estabilidade e escala móvel de emprego, terra aos camponeses pobres e aos trabalhadores urbanos sem teto. Moradia, saúde e educação para todos. Ligar esse conjunto de reivindicações imediatas ao programa de expropriação do grande capital, expulsão do imperialismo e tomada do poder (revolução e ditadura proletária).

Não à paralisia reformista! Por uma campanha de luta nacional, pela preparação da greve geral por tempo indeterminado e em defesa das reivindicações das massas. Pela formação dos comitês de greve, comandos de unificação por cima dos sindicatos, comissões de fábrica, convocações de assembleias sindicais e constituição das assembleias populares a partir dos bairros operários.

Contra o frentismo popular, por uma frente revolucionária antiimperialista. Contra as alianças com os progressistas burgueses, pela aliança operária e camponesa para derrotar Collor, os latifundiários, o imperialismo e o grande capital nacional. Contra o corporativismo divisionista, pela frente única sindical. Contra o atrelamento da CUT à frente progressista, pela independência política e ideológica em relação à burguesia.

O governo Collor e o imperialismo

A estrondosa viagem de Collor pelo mundo teve um objetivo bem definido: ganhar a confiança do imperialismo e pressionar as frações burguesas do país a dar apoio político para o choque econômico. A divisão interburguesa frente à crise simplesmente paralisou o governo Sarney, açoitado pelas greves constantes. O mesmo poderá se passar com o novo governo, que não terá como dar um passo sem a aprovação dos setores fundamentais do capital nacional. Espera-se, com toda razão, que as massas resistam a mais um ataque às condições de vida. Para confundí-las, Collor imagina contar com o apoio da CGT, disposta a servir de instrumento para novas manobras de pacto social, por isso pôs Magri no Ministério do Trabalho. Porém, o decisivo é assegurar a governabilidade do Estado assentada na espinha dorsal dos grandes capitalistas.

O Brasil é conhecido por ser um país (uma semicolônia) que ainda protege certos interesses da oligarquia e de segmentos da burguesia nacional, embora nunca tenham deixado de se comportar como vassalos diante do imperialismo. Para se ter uma idéia, bastou que se promettesse escancarar o mercado ao imperialismo para que importantes empresários chamassem atenção para o perigo da rápida desnacionalização, dado que não suportariam a concorrência estrangeira. Quer dizer, estão pela abertura e favorecimento do imperialismo, porém de maneira gradual. Consideram inevitável perder o anel para, possivelmente, preservar os dedos. Este é um dos grandes problemas de Collor, mas há outros, como por exemplo como cortar os bilhões de subsídios de uma parte da oligarquia para favorecer outros grupos.

Como se impor diante de tamanha fragmentação burguesa? Principalmente, em se tratando de um governo que emergiu sem um mínimo de consenso dos capitalistas? Alguns empresários têm ressaltado o fato de Collor não estar submetido a esta ou aquela fração burguesa. O que não é de toda verdade, uma vez que a família Monteiro, Roberto Marinho, etc, influenciam diretamente o governo, por eles patrocinado. Porém, a observação sobre "a independência" de Collor visa colocá-lo numa situação privilegiada para que tenha chance de disciplinar os diferentes interesses dos capitalistas em conflito. E de onde Collor imagina arrancar força para alcançar este objetivo? Precisamente da burguesia imperialista. Uma das lições que se tem extraído é que o governo Sarney fez a besteira de posar de terceiro-mundista. A perda de confiança dos norte-americanos fez com que este ficasse sem um dos pilares fundamentais de condução da política econômica, o que o deixou a mercê das frações impotentes da burguesia oligárquica.

Os porta-vozes dos banqueiros internacionais dada a nova situação, trabalham às claras para que Collor se implante desde o início como um soldado do imperialismo. Para isso, vem armando uma grande operação internacional, que vai dos ianques aos japoneses. Este problema de estratégia política se origina na monumental crise capitalista em pleno desenvolvimento. A burguesia nacional não tem como controlar a crescente desagregação econômica e financeira, uma vez que não se trata de um processo localizado, mas de abrangência internacional. Nosso país semicolonial está sendo arrastado pelas torrentes da crise mundial, cujo carro chefe é o imperialismo norte-americano. As particularidades dos impasses econômicos do Brasil apenas refletem sua condição de país oprimido, que por essa razão suporta o maior peso da bancarrota.

Aqui reside o ponto chave. A burguesia nacional não pode se colocar de forma independente frente à crise geral e ao imperialismo, porque para isso teria de provocar uma grande ruptura e realizar tarefas de grandes alcance como a emancipação nacional, as transformações agrárias, o desenvolvimento interno equilibrado, a unidade nacional e erradicação da miséria absoluta. Essa via, certamente daria um impulso nas forças produtivas. Mas é completamente inviável sob a direção da burguesia nacional, caduca historicamente.

Por essa razão estrutural, as soluções antinacionais apresentadas pelos exploradores estrangeiros surgem como a única via burguesa para a crise. A outra é a revolução proletária. Evidentemente, os setores burgueses mais afetados se esforçam para adaptar às medidas imperialistas, de forma que seu impacto não lhes quebre a espinha dorsal. Porém, quanto mais se avolumam os impasses da economia imperialista, mais exigências são feitas, isto é, mais ofensiva se torna a opressão nacional,

que de fato é descarregada maciçamente sobre as massas. O Plano Collor e sua política expressam a orientação dos estrategistas da opressão nacional e social.

O Plano Antinacional e Antipopular

O choque econômico de Collor não traz nenhuma novidade. Trata-se de receitas ditadas pelo FMI, amplamente aplicadas nos países oprimidos. Três pontos resumem sua linha: 1) Que é necessário provocar uma recessão, de forma que a economia regreda e uma parte das forças produtivas seja liquidada; 2) Que a monumental perda salarial seja mantida e ampliada; 3) Que o Estado deixe de proteger a economia nacional, promova a desestatização, pague a dívida externa, entregando as estatais e abra mais amplamente o mercado para o capital monopolista estrangeiro.

As demais medidas de ordem fiscal, financeira e cambial servem apenas de instrumento para implantar o entreguismo e proteger o capital financeiro da situação de falência do Estado Nacional. O chamado ajuste fiscal (mais imposto) recairá fatalmente sobre os assalariados, através dos preços. A possível maxidesvalorização do cruzado frente ao dólar reduzirá os salários, que passam a valer menos, diminuirá o valor das estatais, que poderão ser transferidas a preço irrisório para os credores estrangeiros e aumentará o valor do endividamento. Como vemos, atingirá em cheio os assalariados e a economia nacional.

A política deliberadamente recessiva implica no aumento da defasagem entre preços e os salários (cresce a mão de obra desempregada) de maneira que reduza ainda mais o acesso das massas ao consumo, o que quer dizer, entre outras coisas, empobrecer também uma grande faixa da classe média. Mas há outro fator essencial: derrubar ao máximo o poder de investimentos do Estado na economia. No Brasil, isso é importante dada a grande influência estatal na dinâmica produtiva capitalista. Essa meta de cortes foi em parte alcançada por Sarney, mas não o suficiente para o imperialismo. É a explicação disso está em que o Estado, ao dominar uma grande fatia no processo de acumulação, ocupa o lugar da débil burguesia brasileira, agindo como protetor dos interesses nacionais capitalistas e instrumento de exploração das massas. As empresas estrangeiras aqui instaladas sempre tiveram suas vantagens, como por exemplo se utilizando de matérias primas subsidiadas pelas estatais, etc. Porém, o cerco cada vez maior da crise mundial obriga o imperialismo a se expandir, chocando-se com toda e qualquer barreira nacional (as fronteiras e os Estados nacionais). As forças pró-imperialistas internas escondem essa questão central, utilizando-se de argumentos neoliberal "modernistas" e de crítica ao gigantismo do Estado.

O fato concreto é que o imperialismo pleiteia a desnacionalização mais ampla como forma de receber parte da monumental dívida parasitária e para expandir seus negócios empanturrados pela crise de superprodução. A concentração da dívida externa sobre o Estado agilizou o endividamento interno, a tal ponto que o déficit público atingirá cerca de 7% este ano, devido a dívida interna ter sido, nos últimos tempos, o fator principal de agiotagem. Esse descalabro tem servido às enormes pressões do imperialismo e seus aliados que se aproveitam para exigir a desestatização das maiores empresas, como a Usiminas (maior da América Latina), etc. Está demonstrando que a desestabilização financeira da União é um meio eficaz para o imperialismo impor suas condições. O Ministro Mailson da Nóbrega não foi capaz de realizar o roteiro de desestatização, mas fez muito bem a obra de quebrar o Tesouro Nacional para aplainar o caminho.

As massas pagam a conta

Uma das maiores falsificações é que o plano de privatização serviria para resolver a crise brasileira, porque colocaria em alguns anos cerca de 15 bilhões de dólares no cofre estatal. Primeiro é que esta soma não cobre sequer o déficit de 7% do PIB, que é de cerca de 350 bilhões de dólares. Segundo que uma boa parcela viria através da conversão da dívida externa, portanto, de simples entrega das estatais em troca de títulos da

dívida pública, que se valorizarão ao máximo. Terceiro que o Estado reduz seu papel dinamizador da economia. Na verdade, este plano somente serviria para amortecer provisoriamente o potencial de crise e favorecer o imperialismo e seu consorciados. Seus efeitos serão devastadores, uma vez que o imperialismo passa a exercer um maior controle das bases econômicas da nação. É-nos conhecido o poder já existente de manipulação econômica e política das transnacionais hegemônicas em ramos decisivos da produção (artificialização de preços, limitação da produção, subfaturamento, remessa de lucros, etc). Isso se potencializará enormemente, como entrave às forças produtivas.

É parte desse plano a demissão em massa do funcionalismo público e a revisão da política salarial. A reforma administrativa anunciada não passa de uma manobra para golpear os assalariados vinculados às atividades estatais. Já ficou demonstrado que a folha de pagamento tem um peso secundário, mas mesmo assim os trabalhadores terão de arcar com o plano pró-imperialista. O mecanismo de pré-fixação de preços e salários corresponde a outra parte do choque sobre os explorados. Através da inflação, a burguesia expropriou uma boa parcela do valor dos salários. Segundo o Plano Collor, trata-se de assegurar este confisco, que possibilitou altos ganhos para os setores mais poderosos do capital. Mais ainda: a prefixação do salário será utilizada para novos confiscos, já que a pré-fixação de preços é uma farsa.

O conjunto dessas medidas confere um conteúdo antinacional e antioperário e antipopular ao Plano Collor. Antinacional porque descarrega a crise do imperialismo sobre toda a nação semicolonial, reforçando seu atraso e provocando destruição de suas forças produtivas. Antioperário e antipopular porque provocará desemprego e aumentará a taxa de exploração do trabalho, o que significa mais fome, doença, desabrigados, marginalidade e mortalidade infantil. Cabe ao proletariado resistir a mais essa ofensiva bárbara do capital, liderando a maioria nacional contra o imperialismo e os capitalistas-nacionais

A resposta proletária

As forças reacionárias colocam a solução da crise sob a perspectiva da destruição de parte das forças produtivas. Ao contrário, o proletariado levanta a necessidade não só de debelar o quadro desagregador, como arrancar o país do atraso. Isto é, qualquer solução real e favorável às massas se dará através de um grande salto à frente das forças produtivas. O crescimento em grande escala incorporará uma formidável quantidade de trabalhadores à produção, abrirá uma etapa de eliminação dos desequilíbrios regionais (Nordeste/ Sul, etc), harmonizará a relação cidade/campo, florescerá a economia popular e agrária e possibilitaria a erradicação progressiva da miséria. Não seria esta uma meta lógica para o país? E porque isso não ocorre, se há inclusive um consenso de que o Brasil tem uma colossal potencialidade produtiva? O problema reside no fato de que seria necessária uma transformação profunda nas bases da economia e nas relações entre as classes. Para isso, somente uma revolução. Caso contrário, os métodos da reação imperialista se imporão, como está ocorrendo.

A nossa crise tem a particularidade, que não deixa de ser expressão das leis gerais capitalistas, de combinar os aspectos do violento bloqueio das forças produtivas internacionais com o bloqueio da estrutura econômica atrasada do país. Em torno de alguns centros de avançada industrialização movimenta-se regiões inteiras mergulhadas no mais contundente atraso. Particularmente o campo — excetuando alguns focos agropecuários, com forte presença do capital imperialista — se arrasta e se condiciona aos enclaves monopolistas desses centros, responsáveis pela preservação dos fortes traços pré-capitalistas sobreviventes. Desde o momento em que as forças produtivas tendem a se estagnar e mesmo a retróceder, refletindo a ação da decadência imperialista, os seus efeitos recaem poderosamente sobre a estrutura arcaica, que se combina intrinsicamente com o carro chefe da economia (os centros industrializados) formando a unidade da nação atrasada e semicolonial. O que quer dizer que uma retração industrial nesses centros mais adiantados, por pequena que seja, repercute intensamente sobre o conjunto atrasado. Se as travas do imperialismo não permitem avançar na superação do atraso, um maior predomínio seu sobre a economia nacional ampliará o abismo entre a esfera adiantada e o restante atrasado.

Essa base estrutural e histórica explica porque a burguesia nacional não tem como solucionar a crise e porque joga um papel reacionário ao se adaptar ao imperialismo. O mesmo se passa com o reformismo pequeno burguês do PT, que não consegue travar a luta antiimperialista conseqüente. O conteúdo das tarefas de emancipação nacional, transformação agrária, unidade nacional e eliminação da miséria absoluta se resume na necessidade de libertar as forças produtivas do bloqueio imperia-

lista e do atraso oligárquico. Portanto, se contrapõe frontalmente aos princípios antinacionais e antipopulares do governo Collor. Cabe ao proletariado responder à crise encabeçando um movimento de maioria nacional em defesa da ruptura frontal da nação oprimida contra o imperialismo, a favor da entrega das terras aos camponeses pobres contra a oligarquia fundiária e da expropriação do grande capital.

O controle da produção pelas massas é a solução real e progressiva da crise. Ao contrário de se desestatizar, há que se ampliar largamente a estatização dos meios de produção monopolista. Ao contrário de se quebrar o poder de intervenção do Estado na economia, há que se estatizar integralmente o sistema financeiro, confiscando o capital dos grandes investidores e protegendo os pequenos e médios poupadores. Não há a menor dúvida de que a vasta estatização, a nacionalização das terras, o estabelecimento do monopólio estatal do capital financeiro e o controle absoluto do comércio exterior permitiria dar um salto no crescimento da produção, que viria acompanhada da melhoria das condições de vida das massas, porque conteria medidas de defesa dos trabalhadores. Tais transformações emancipariam a nação do imperialismo e criariam os meios para intervir de forma independente no cenário internacional.

Este programa de transição do capitalismo ao socialismo é o único possível para o proletariado enfrentar Collor, o imperialismo e seus laiaos nacionais. E, como tal, está condicionado ao objetivo estratégico de tomada do poder pela via revolucionária. Os objetivos democratizantes e os métodos eleitorais (PT, PCdoB, PCB, CS, etc) não só não poderão enfrentar a crise e as pressões imperialistas, como evitarão que o proletariado amadureça na luta independente para encarnar o programa de emancipação e derrubar a burguesia do poder do Estado, instalando em seu lugar o governo operário e camponês (ditadura proletária). A T-POR, ao contrário, luta pela única via real da revolução e ditaduras proletárias. Para isso não deixa, em momento algum, de lutar pelas reivindicações mais elementares (salário, emprego, terra, etc) como meio para elevar o proletariado à altura de defender seu programa de classe e se colocar praticamente pela revolução.

Pontos do programa

ABAIXO O PLANO COLLOR, ANTINACIONAL E ANTIPOPULAR:

- Não à desestatização!
- Não à desnacionalização da economia!
- Não ao pagamento da dívida externa!
- Não ao entreguismo pró-imperialista!
- Não ao confisco salarial!
- Não à política recessiva!
- Não à proteção dos especuladores!
- Não à miséria e a fome das massas!
- Abaixo o governo capitalista e pró-imperialista de Collor!

POR UM PROGRAMA OPERÁRIO PARA A CRISE:

- Pelo rompimento com o imperialismo e emancipação da nação oprimida!
- Pelo fim do controle dos meios de produção pela burguesia!
- Pela expropriação e estatização de todos monopólios!
- Pela expropriação e estatização do sistema financeiro!
- Pelo monopólio estatal do comércio exterior!
- Pela expropriação dos latifúndios e nacionalização das terras!
- Pelo confisco do capital especulativo!
- Pela recuperação do poder de compra dos salários!
- Pelo salário mínimo real!
- Pela escala móvel dos salários!
- Pelo emprego pleno a todos! (escala móvel de emprego)
- Pela proteção dos pequenos e médios produtores agrários!
- Pela proteção dos pequenos e médio poupadores!
- Pelo controle das massas sobre a produção!
- Pelo controle operário da produção industrial!
- Pelo controle camponês das terras!
- Pelos comitês agrários de camponeses pobres!
- Pelas comissões de fábrica independentes!
- Pela destruição do Estado capitalista opressor!
- Pelo desmantelamento das forças repressivas!
- Pelo armamento do povo e das milícias operárias!

Plano Collor: Um ataque frontal aos assalariados e à economia nacional

O violento choque econômico de Collor é apresentado como penalizador do grande capital e protetor da maioria "descamisada". Segundo seus arquitetos, os 10% ricos pagarão a conta da crise e os 90% pobre terão as vantagens do fim da hiperinflação. Portanto, dá-se a entender que, pela primeira vez, a crise capitalista não será descarregada sobre a maioria explorada. E o governo apoia-se no fato de seu Plano conter as seguintes medidas: congelamento de uma enorme massa de dinheiro aplicados no over, cadernetas, etc, taxaço sobre o capital e pré-fixação dos preços e salários. Explica-se assim que, desta vez, o capital financeiro e toda sorte de especuladores, que movimentam mais de 100 bilhões de dólares, receberão a maior descarga do choque (o que é falso, pois os grandes especuladores se previniram antes do Plano) enquanto as massas se livraram definitivamente do confisco salarial provocado por uma inflação de 90% ao mês.

De fato, o grande capital ficou estarelecido com a retenção de seu dinheiro, acabando a existência de uma moratória unilateral da dívida interna, embora as medidas assegurem a correção monetária e juros de 6% ao ano e determinem a devolução dos ativos financeiros dentro de 18 meses. Por outro lado, os banqueiros e empresários temem que o leilão de troca do cruzado pelo cruzeiro provoque uma grande perda de seus valores, quando o cruzado passará a valer bem menos. Mesmo assim as reações iniciais tem sido cautelosas, dado que qualquer rebeldia burguesa pode abrir outras comportas da crise, que Collor não teria condições de estancar. Os burgueses são unânimes quanto à necessidade de duras medidas antiinflacionárias, desde que não lhes atinjam frontalmente. Por isso afirmam que o grande mal do plano está na dosagem, principalmente quanto à retenção de cerca de 70% do capital financeiro aplicado. Nesse sentido, as pressões se movimentam para que se negocie atenuantes, abertura de válvulas de escape e proteção cristalina dos capitais.

Sob a base desses acontecimentos, os aspectos fundamentais do Plano são obscurecidos. A prefixação dos salários se constituirá num monumental confisco sobre a força de trabalho, que de confisco em confisco vem perdendo drasticamente o poder aquisitivo. O reajuste com base no INPC de fevereiro de 72,28% repõe apenas parte das perdas de um mês. Os economistas burgueses calculam que a inflação de março seria de cerca de 85% (15 de fevereiro a 15 de março). A CUT Prevê uma taxa de 100%. Parlamentares do PMDB (partido burguês), já estimam uma perda de mais de 42%, neste curto espaço de tempo. Trata-se de uma expropriação salarial inédita, que sobreposta às drásticas perdas anteriores, decreta fome sobre fome, miséria sobre miséria. Assim, os capitalistas ficam assegurados dos fantásticos ganhos obtidos com as remarcações, que chegaram ao absurdo. Em relação ao salário mínimo a tragédia é total. Estima-se uma perda de cara de 10%, isso se a pré-fixação for de 40%. Em relação ao mecanismo de reajuste do mínimo pelo plano Verão, que de fato o mantinha vegetando, Collor de Mello faz um brutal retrocesso. Enquanto que anteriormente o mínimo era reajustado pela inflação integral oficial, acrescido de 3% ao mês, o que correspondia a 9,27% no trimestre, agora será reajustado pela pré-fixação, mais 5% no trimestre. Configura-se uma depressão salarial catastrófica e ganhos altíssimos para os capitalistas. Acrescenta-se a isso, o fato da pré-fixação dos preços a ser uma farsa, uma vez que nada assegura as pressões altistas provocadas pelos monopólios.

O controle da liquidez, feito pela contenção dos ativos financeiros, acrescido do forte expurgo salarial, agirá sobre as tendências à estagnação já presentes na economia, configurando um quadro recessivo de grandes proporções. Os capitalistas são quase unânimes em admitir que, se o Plano for à prática tal como está estruturado, provocará uma depressão econômica sem precedentes. As massas estão sob a ameaça de desemprego em grande escala. Há tempos o imperialismo e setores do grande capital vinham pleiteando uma fase recessiva como forma de quebrar o ímpeto inflacionário. Argumentavam que a procura de produtos era maior do que a oferta possível das empresas. Uma das linhas mestras do Plano Collor se assenta nesse pressuposto. Além de ser uma diretriz catastrófica, porque destrói parte das forças produtivas, nada tem a ver com a realidade, pois está comprovado que as empresas estão operando com 80% de sua capacidade produtiva. Na verdade, trata-se de uma alternativa própria da burguesia internacional (imperialista) de resolver a crise mundial de superprodução, que tem suas expressões nas crises nacionais, através de quebras econômicas. O Plano Collor põe em marcha, se levado às últimas consequências, uma onda de falências e depreciação do valor dos ativos fixos, que favorecem os poderosos grupos monopolistas (nacionais e estrangeiros), sedentos de aumentar a

concentração do capital. Isto porque, enquanto o grande capital tem todos os meios para suportar a recessão, inclusive para dela se aproveitar, as empresas pequenas e médias de capital nacional ficam sujeitas a toda sorte de reveses.

Essa é a outra face do Plano, o confisco recai pesadamente sobre o pequeno e médio capitalista, bem como sobre a poupança da classe média. Os gigantescos grupos de aplicadores, que fundem o capital bancário com o capital industrial, têm em suas mãos os instrumentos para, no final das contas, imporem condições ao governo e se beneficiarem de todo processo. Não se pode confundir tal relação de força com os temores individuais deste ou daquele burguês individual. O fato é que o Estado não tem como se superpor aos interesses e ao poderio do capital financeiro e do monopólio industrial, fortemente entrelaçados ao imperialismo. Somente intelectuais indigentes da esquerda, como o assessor econômico do PT, o Sr. Mercadante, podem aplaudir Zélia Cardoso pela coragem de taxar os bilionários, ajudando a propaganda de Collor de que desta vez os 10% (aqui está incluída a classe média, esta sim golpeada) vão arcar com os sacrifícios para salvar a nação do caos econômico e social.

Diz a equipe ministerial que se trata de medidas altamente estruturadas e voltadas a reduzir a liquidez excessiva. E a razão de se controlar a massa financeira especulativa está no poder desta em migrar de um ativo a outro (por exemplo, da aplicação no over para o ouro, dólar, etc) e inviabilizar qualquer esforço governamental, como aconteceu com os planos de Sarney. De fato, o capital parasitário, que diga-se é um componente estrutural de capitalismo em decomposição, se agigantou com um fabuloso excedente ocioso (sem condições de aplicabilidade produtiva) e com as atividades especulativas em torno do déficit público, que atingiu 7% do PIB e literalmente contribuiu para a falência financeira do Estado. Entretanto, "o Plano bem amarrado" se utiliza do controle da liquidez não para direcionar a fábula de recursos para a produção, mas sim para viabilizar uma drástica queda no consumo (por isso atinge a classe média e os assalariados em geral) e preparar o terreno recessivo para realizar um outro ponto central do Plano: destatarizar, desnacionalizar e abrir o mercado para às metrópoles imperialistas. Não é por outra razão que se prognostica uma queda vertiginosa no valor das ações. Desta forma, se combina a quebra de setores econômicos mais débeis com as vantagens das vendas das estatais por preços subvalorizados. Vem incluído nessa estratégia o aumento da taxa de exploração do trabalho com o respectivo confisco salarial. Certamente, o resultado é que o grande capital receberá um grande prêmio do seu Estado, isto se as forças em choque profundo não porem o plano abaixo.

Em resumo, o Plano Collor descarrega a crise capitalista sobre os assalariados com um peso infinitamente maior dos demais pacotes anteriores. Repetimos, caso o governo reúna as condições para impô-lo integralmente, seus efeitos aprofundarão o atraso do país, reforçarão a submissão semicolonial ao imperialismo, sucatearão setores inteiros da economia, reforçarão a enclave monopolista em detrimento de retrocessos de regiões inteiras, aumentarão os desequilíbrios regionais e arrastarão as massas para um nível de pobreza jamais visto no país. A demissão de milhares de funcionários federais provenientes da liquidação de empresas estatais é apenas o começo do processo da quebra de forças produtivas.

Constitui-se numa grande falsificação caracterizar o Plano como penalizador de todas as classes sociais. Não, as medidas vêm no sentido preciso de salvar o capital da debacle, refletido de certo modo na quebra financeira da União, e sobretudo atender os interesses do imperialismo, afogado na crise mundial. A CUT e o PT, em vez de procurarem a via da negociação com o ministro Magri e as negociações no parlamento burguês, têm o dever de esclarecer o verdadeiro conteúdo catastrófico, anti-nacional e antipopular, do pacote perante as massas e convocá-las à luta direta. Está colocado organizar os comitês de resistência, uma campanha nacional e preparação da greve geral por tempo indeterminado. Qualquer vacilação, concessão ou desvio da luta direta dos explorados se constituirá em traição.

Abaixo o Plano pró-grande capital e pró-imperialista.

Abaixo o confisco salarial.

Abaixo o confisco dos pequenos e médios poupadores.

Fora a recessão e a quebra da economia.

Fora com a desestatização e desnacionalização.

Pelas reivindicações das massas.

Por uma resposta proletária à crise capitalista.

Pela imediata organização da greve geral por tempo indeterminado.

Uma posição revolucionária nas prefeituras, ainda que pouco provável de chegar lá, procuraria desenvolver e impulsionar as lutas das massas, utilizando-se da prefeitura para isso. Procuraria demonstrar que não é possível resolver os problemas através da conquista de cargos no aparato estatal burguês, mas apenas através da ação direta. Provavelmente, poderia sofrer uma intervenção pelas forças burguesas, mas para os revolucionários o que importa não é a conquista e manutenção de cargos, mas mostrar às massas que só é possível a resolução de seus problemas pela luta de massa contra o capi-

talismo e suas instituições, inclusive contra o aparato regressivo das prefeituras. Certamente não é esse objetivo dos democratizantes, que lutam por ganhar as prefeituras como escada eleitoral para novos postos no Estado burguês. O extraordinário de tudo isso é a posição das esquerdas do PT que choramingam com a falsa argumentação de que Erundina, José Augusto, Bittar, etc não estão aplicando o programa do PT. Ora, o programa do PT é esse mesmo. O que mais podemos esperar do reformismo?

Agora é a vez de Bittar

No último dia 05/03, um grupo de cerca de 80 "sem casa" ocuparam o 4º andar da sede da prefeitura de Campinas. Eles exigiam uma audiência com o prefeito Jacó Bittar, que lhes havia prometido lotes urbanizados. Há oito meses eles estão abrigados num campo de futebol e já realizaram 15 reuniões com assessores da prefeitura, que não resultaram em nada.

Bittar não se encontrava, mas o seu chefe de gabinete, Salvador Botteon, pediu a presença da Polícia Militar, para "garantir o patrimônio".

No início do ano, os desabrigados das enchentes foram obrigados a se alojar a 20 quilômetros de distância dos locais onde moravam, sob imposição do prefeito, enquanto seria perfeitamente possível deixá-los permanecer em lugares pró-

ximos aos de suas moradias. Essa situação levou a uma crise entre o vice-prefeito, ligado à Igreja, que defendeu a proposta dos desabrigados, e o prefeito. A crise chegou a tal ponto na prefeitura que a bancada petista na Câmara retirou seu apoio a Bittar. Este não tardou em fazer composição com os partidos burgueses, para assegurar sua "governabilidade".

A crise das administrações petistas agudiza em Campinas. O prefeito toma agora uma postura abertamente contra os sem teto, se apoiando em partidos patronais e na repressão policial. É o destino certo de qualquer gestão que se apresente para "administrar" a crise capitalista, como ocorre também em Diadema, São Paulo, etc.: utilizar-se do aparelho do Estado contra as massas.

O "governo paralelo" da Convergência Socialista

No seu jornal Nº 237 a CS presenteia seus leitores com uma apologia da tática do Governo Paralelo do PT. Segundo esta conhecida corrente oportunista, a oposição parlamentar que o PT promoveu à categoria de panacéia com o nome de Gov. Paralelo, "estaria endossando o sentimento de metade da população que votou no Lula".

Em seu afã de demonstrar a sua vocação democratizante, a CS não repara em detalhes e se despacha com a seguinte barbaridade: "o governo paralelo chefiado por Lula, só pode se apoiar na mobilização dos trabalhadores, integrando a CUT e as organizações de base."

A verdade é exatamente a oposta. O governo paralelo é um instrumento para frear a mobilização e canalizá-la para o atoeiro parlamentar. A submissão da CUT à política reformista e frente-populista da Aticulação e seus consortes (CS, DS, /S, OT, etc) tem conduzido o movimento operário ao beco sem saída do imobilismo, da oposição pacífica e civilizada das

burocracias e ao sacrifício das suas condições de vida. Ao contrário do que a CS prediz, as massas terão de romper com a política de oposição exclusivamente parlamentar defendida pelo PT e caminhar para uma oposição revolucionária, isto é, enfrentar o governo com o método da ação direta a partir de suas reivindicações elementares e se elevar para a luta contra o governo e o conjunto do regime.

Somente a perda do horizonte revolucionário explica que a CS se limita ao triste papel de embelezar com frases esquerdistas a política pró-burguesa da direção do PT.

A imprensa tem dado especial atenção às crises das administrações municipais do PT, e aos choques entre os prefeitos e o partido. Pressionam assim o partido para que este acabe logo com a demagogia populista dos "governos populares" e administre a crise jogando-se abertamente contra as massas. Procuram também desgastar eleitoralmente o partido.

Escreva para o jornal MASSAS

**um jornal de luta
pelo governo operário e camponês
e pelo socialismo**

Caixa Postal nº 01171

CEP 01057 — São Paulo — SP

Às esquerdas do PT e à vanguarda classista Por uma Frente de luta

Estamos diante de dois problemas importantes para o proletariado e as massas 1º) Está claro que o governo Collor desenvolverá uma linha pró-imperialista e de ataque às condições de vida dos trabalhadores; 2) Também está claro que a direção do PT (Articulação) aprofundará sua política de frente popular, de defesa da estabilidade democrática burguesa e de canalização da insatisfação dos oprimidos para o campo da mera pressão institucional (eleitoreira). E qual tem sido a atitude das esquerdas?

Uma parte delas, como por exemplo a Convergência Socialista, se pronuncia a favor do governo paralelo do PT, que se traduz em oposição democrática ao governo antinacional e antipopular de Collor, o que quer dizer não mobilizar os assalariados em oposição radical ao governo e à burguesia. Uma outra se concentra em formar uma frente de esquerda para enfrentar na Convenção de junho a candidatura de Plínio Arruda Sampaio, como por exemplo Causa Operária.

Não temos dúvidas de que a luta interna no PT contra as tendências direitistas (as que defendem o capitalismo), que se dará em torno das eleições estaduais, terá importância. Porém, esse não é o ponto de partida e nem de chegada da situação. Concentrar-se para arregimentar forças em torno de programa e candidatura constitui num grave erro, principalmente diante do novo quadro da luta de classe que se abre com Collor. Nem que dizer então da adaptação das correntes que não combatem a proposta do governo paralelo parlamentar, típico da orientação que converge para a sustentação do Estado burguês.

A T. POR não aceita nenhuma dessas duas linhas, pois, guardadas as diferenças, ambas expressam a assimilação dos condicionamentos democráticos eleitorais, amplamente desenvolvidos nas presidenciais e que têm sua continuidade no horizonte da nova safra de eleições. Desta forma, o ponto de partida correto para a estruturação de uma frente não são as candidaturas. Quem está dando total primazia à luta eleitoral é a Articulação, preocupada que está com as alianças frente-populistas em cada estado e com o futuro governamental do partido no quadro do Estado capitalista. Colocar-se na mesma perspectiva, com o argumento de que é necessário desde já combater a direita, significa ir a reboque dos acontecimentos internos e externos ao PT.

Está colocado, sim, uma articulação das esquerdas que se reivindicam do marxismo, mas para aprovar um plano de

ação de massa contra o Pacote Collor, contra o imperialismo, o grande capital e a própria burocracia sindical. Nesse mesmo quadro, cabe tomar uma posição nitidamente contrária ao governo paralelo e à oposição democrática, levantando a bandeira de oposição revolucionária a Collor e a tudo que representa.

Há tarefas precisas que devem ser levadas adiante (antagônicas às manobras oportunistas), como a campanha pelas reivindicações que motivam os trabalhadores ao combate, as bandeiras que se chocam com a orientação entreguista e antioperária de Collor e a defesa junto à CUT da preparação da greve geral e convocação de um congresso extraordinário de base, para centralizar as massas perante os agudos problemas que terão pela frente (desemprego, arrocho, falta de moradia, etc).

A T. POR, partindo das condições objetivas de desagregação política e econômica e da ofensiva global do imperialismo, defende a formação de uma Frente Revolucionária Antiimperialista. Uma resposta das massas operárias, camponesas e da classe média à investida de desnacionalização, sangria das riquezas nacionais, recessão econômica, privação dos assalariados, previstas no choque econômico governamental, certamente criará as condições para a vanguarda colocar um programa de ruptura com o imperialismo e de expropriação do grande capital e evoluir na defesa da estratégia da revolução e ditadura proletária.

Frente Revolucionária Antiimperialista é um instrumento para dar coesão prática e programática contra as forças do capital nacional e internacional. Portanto, que as esquerdas abandonem o campo de manobras eleitorais e cumpram seu dever de levantar uma frente de combate, que aliás cimentará o conteúdo e a tática para intervir no processo eleitoral futuro. A T. POR chama a Convergência a romper com a linha do governo paralelo e Causa Operária com a manobra da candidatura das esquerdas e se posiciona a favor de uma plenária para discutir uma linha de ação, um programa de combate, que permitirá, inclusive, intervir no processo interno do PT em bases marxistas reais e seguras.

Por uma frente de combate!

Por uma oposição revolucionária a Collor!

Por uma plataforma antiimperialista e anticapitalista!

Pela organização da greve geral!

A falência das "gestões populares"

As crises nas prefeituras já vem de longa data. Começaram com as prefeituras de Fortaleza e Diadema, onde os prefeitos iniciaram a tentativa das "gestões populares", mas acabaram por jogar os aparelhos das prefeituras contra as massas. Gilson Menezes foi tão longe nessa política que acabou saindo do PT e entrando no PSB. A atual crise é um desenvolvimento lógico dessa situação. Em Diadema, por exemplo, o prefeito José Augusto jogou recentemente a polícia contra os ocupantes do Buraco do Gazuzá, e os militantes petistas que apoiaram a ocupação sofreram sanções (o vereador Boni foi expulso).

Agora na prefeitura de São Paulo, as contradições entre a política do PT e as massas aumentaram. São Paulo é o principal pólo econômico industrial do país. Aí torna-se muito mais

difícil administrar a crise. Não tardou e logo a prefeitura lançou a repressão contra ocupantes de terra e contra grevistas, ou ainda, demitiu militantes de outras correntes. E essa é a prefeita das esquerdas do partido (DS, VS, CS) que a apoiaram já nas pré-convenções do PT, e depois nas municipais.

A ocorrência de choques entre as prefeituras e o PT é inevitável. As "gestões populares" são inviáveis diante da crise, e desgastaram o partido eleitoralmente. O PT prefere que a prefeitura assuma uma conduta ainda mais administrativa, nem que seja necessário virar as costas para as condições de vida das massas, mas que mostre que sabe administrar a prefeitura igual aos partidos burgueses, fazendo obras etc. Tudo para angariar votos.

Ocupações em Diadema. De que lado fica o PT?

Os trabalhadores de Diadema ocuparam no carnaval a terra de um especulador imobiliário. Duzentas famílias, tendo em vista os aumentos absurdos dos aluguéis e da falta de moradia, não tiveram outra alternativa para sobreviverem a não ser ocupar as terras e construir suas casas.

O movimento de ocupação do "Morro do Samba", como foi denominada a área pelos ocupantes, por enquanto está calmo, mas com certeza terá que enfrentar a repressão do Estado capitalista onde a defesa da propriedade privada se constitui em princípio e lei fundamental, em privilégio dos parasitas e lacaios que sobrevivem do sangue dos trabalhadores.

Na reunião do Diretório do PT de Diadema do dia 03/03/90 foi colocada a necessidade de discutir essa problemática e o apoio aos ocupantes além de outra pauta que afeta diretamente a vida dos trabalhadores, como o aumento das passagens de NCz\$ 6,00 para NCz\$ 15,00, que significa um aumento de 150%, além das demissões, por parte do prefeito petista (Zé Augusto), de 17 companheiros que lideraram a última greve do funcionalismo público, diga-se que foram demitidos sem nenhum direito e ainda por cima não deram baixa na car-

teira, o que obriga a estes 17 valiosos lutadores a humilhação de terem que sair pedindo dinheiro para sobreviver até que a justiça burguesa se posicione sobre o caso.

Para demonstrar como a direção do PT se constitui num elemento totalmente estranho à classe, a proposta de discutir esta pauta foi rejeitada e a que prevaleceu foi a de como preparar o partido para as próximas eleições para governador e deputados.

Diante desta miséria política e do isolamento que vários agrupamentos, inclusive aqueles que se dizem de esquerda, estão tentando impor ao movimento dos ocupantes do Morro do Samba, estamos convocando todos os militantes dos movimentos sociais, sindicatos, etc., a constituir um comitê de apoio às ocupações, que na certa não serão e não se resumirão ao Morro do Samba.

Para isso todos os que defendem a ação direta das massas e o direito dos trabalhadores ocuparem as terras para morar e sobreviver — estão convidados a engrossarem o Comitê de Apoio que se reúne todo sábado às 10:00 hs. na Sociedade Amigos de Vila Santa Maria — Rua 1 nº 16 — Vila Santo Antonio (Serraria/ Diadema).

A decisão é lutar!

Os ocupantes do morro do samba chegaram a seguinte conclusão — "Sem luta não tem como assegurar a posse da terra para as duzentas famílias sem teto que ocupam o local", a área pertence a um especulador imobiliário, que como muitos outros em Diadema possuem enormes terrenos sem utilidade nenhuma, e enquanto isso a classe operária se vê marginalizada e sem moradia.

No dia 11 de Março, os ocupantes organizaram uma passeata até a casa do prefeito José Augusto Ramos, cujo o objetivo era o de exigir que ele expropriasse a terra sem indenização e passasse para as duzentas famílias que estão no local".

Os ocupantes fizeram um arrastão no terreno e conseguiram juntar cerca de duzentos trabalhadores, que saíram disciplinadamente e distribuíram panfletos para a população, onde defendiam a ocupação e reivindicavam moradia para todos. O panfleto foi bem aceito pela

população, onde muitos até acompanharam um pouco a passeata e conversaram com os ocupantes. Assim que chegaram à casa do prefeito, a palavra de ordem foi "expropriação sem indenização" e "abaixo a propriedade dos capitalistas". O prefeito, assim que viu a mobilização em torno da sua casa, mandou chamar a polícia e se recusou a sair de sua casa para conversar com os moradores dizendo que "bastava uma comissão para conversar com ele". Isto causou grande indignação, e os ocupantes começaram a exigir a retirada da polícia e a presença do prefeito.

Os ocupantes já estão preparados para o confronto, já organizaram a resistência na área ocupada, estão determinados a lutar. Este deve ser um exemplo para os trabalhadores, é preciso ação e lutar contra a opressão do regime capitalista.

Têxteis: uma unidade principista e de luta

A oposição têxtil cutista acaba de obter uma importante vitória na sua luta por derrubar os pelegos do sindicato e construí-lo sob bases classistas. Respondendo à proposta de outras forças da oposição, no sentido de uma atuação conjunta, visando as eleições sindicais que ocorrerão neste ano, os "Têxteis da CUT" se colocaram favoráveis à unidade, condicionada à discussão e aprovação de um programa classista para a frente, independência política e organizativa de cada força e à necessidade de realização de uma campanha imediata de luta na categoria contra o arrocho salarial e as demissões.

O PC do B propunha uma "oposição unida" sobre a base do programa da Frente Brasil Popular, estabelecido na campanha eleitoral. E se opunha a lançar um comitê de luta contra o arrocho, independente da luta eleitoral. Mas, diante da tendência majoritária das outras forças em defender a discussão do programa em 1º plano, retirou sua proposta e se colocou de acordo com o mesmo.

Agora, os principais pontos do programa serão apresentados à categoria num boletim conjunto. Assim, os trabalhadores têxteis conhecerão porque as forças de oposição estão trabalhando conjuntamente e sobre a base de que programa. A democracia sindical, um dos pontos centrais do mesmo, começa a ser implementada desde já, com o conhecimento e julgamento da categoria sobre as discussões entre as forças e os pontos de acordo entre as mesmas. Reproduzimos abaixo os pontos do programa aprovado: 1) Emancipar o sindicato da burocracia e desburocratizá-lo a favor da luta das massas; 2) Independizá-lo de todas as formas de política burguesa ou pró-burguesa (conciliação de classe), dos partidos patronais, do governo e do Estado capitalista; 3) Recuperá-lo como instrumento de defesa dos assalariados e transformá-lo em ponto de apoio para a luta anticapitalista e antiimperialista, que visa levar o proletariado ao

poder, apoiado na maioria explorada, e transformar a base econômica; 4) Quebrar o corporativismo e colocar o sindicato a serviço de todas as lutas dos trabalhadores e da unidade na ação; 5) Defender a centralização nacional das massas, sob a direção do proletariado, para concentrar forças contra a burguesia centralizada no Estado; 6) Tornar-se um sindicato de massa e de organização fabril; 7) Ter o método da ação direta como essencial; 8) Rechaçar as manobras do Pacto Social, salvação nacional e colaboração com planos governamentais; 9) Defender a luta internacional das massas contra toda a forma de opressão; 10) Colocar-se pela politização e elevação da consciência de classe; 11) Manter a direção do sindicato sob constante controle dos trabalhadores, soberania das assembléias; 12) Preservar o caráter de frente única dos sindicatos 13) Incorporar os operários e explorados no movimento político de emancipação social e econômica, e política; 14) Colocar em prática a plataforma de luta.

Ao contrário do que ocorreu no processo de formação de chapa metalúrgica de São Paulo, onde prevaleceu o método burocrático, aparelhista e eleitoreiro, a frente de oposição têxtil conseguiu a unidade ao redor de uma base classista.

A TPOR defendeu tanto perante a convenção metalúrgica quanto ano processo de discussão têxtil o mesmo método, que agora mostra-se comprovadamente correto. É muito importante a unidade para derrotar os pelegos e a defendemos, mesmo que com correntes do movimento com as quais divergimos profundamente, mas sobre a base de um claro programa classista, discutido abertamente para a categoria, sem as manobras e conchavos burocráticos que, antes mesmo de entrarem no sindicato, já praticam contra a democracia operária.

Um erro capital do MOSMSP

A Direção do MOMSP ao rejeitar a proposta programática, apresentada por um grupo de militantes, cuja finalidade era de se evitar a formação de uma chapa "unitária" sem nenhum princípio classista, cometeu um dos maiores erros de sua trajetória política. A essência do programa assegurava a independência de classe frente à burguesia, seus partidos e à própria burocracia sindical. Tratava-se de uma linha que se opunha não só ao sindicalismo resultados (pró-imperialista), como a todas as variantes reformistas, nacionalistas, economicistas e burocráticas, sob as quais se esconde uma política de conciliação de classe. Não por outra razão, o programa se assentava inteiramente na defesa de um sindicalismo de luta de classes, de luta de massas, na organização fabril ampla e de enfrentamento a todas as formas de opressão capitalista. Assegurava a democracia operária e se opunha frontalmente a toda e qualquer forma que o burocratismo e o corporativismo sindical podem assumir.

Então porque a direção do MOMSP se negou terminantemente a lutar por esse ou por aquele programa? As razões são muitas, mas há algumas principais. Primeiro porque nunca teve em mira constituir uma fração revolucionária do proletariado, que tivesse por objetivo não só ganhar a direção do sindicato, mas transformá-lo em ponto de apoio para a luta geral contra o capitalismo. Isto é, nunca adotou a estratégia proletária de destruição da opressão de classe. Assim, toda tendência meramente sindicalista está fadada, por mais combativa que seja, a se adaptar às pressões da sociedade burguesa. Traz em sua própria política empírica e limitadamente economicista os germes do burocratismo.

Segundo porque o MOMSP, ao não se organizar em torno de um programa de classe, tem se afastado passo a passo das fábricas. E os golpes da repressão patronal e da burocracia Joaquim/Medeiros que tem sofrido ajudaram a se distanciar ainda mais do trabalho de massa e da organização fabril. Basta ver a perda crescente de comissões de fábrica e de influência no interior do sindicato. Mas seria uma unilateralidade apenas afirmar que o sindicalismo de resultados se fortaleceu por causa da colaboração patronal e do peso do aparelho. O aparelhismo a que o MOSMSP vem sendo reduzido e a consequente política distante da luta fabril é em grande parte responsável por isso.

Terceiro porque o MOSMSP vem sofrendo mudanças sob a pressão da política frentepopulista e democratizante do PT, encarnada pelas principais correntes políticas que de fato controlam o MOSMSP.

As Consequências desse erro

Dentre as correntes que compuseram a chapa unitária de oposição, o MOSMSP é a mais forte e representativa. Embora tenha perdido muito de sua influência, continua a ser a referência dos operários metalúrgicos. O PCdoB, por sua aliança com os antigos pelegos, inclusive com Joaquim/Medeiros, exerce um papel secundário ao lado do MOSMSP. As demais correntes não estão em melhor situação. Basta que se veja que, sem nenhum esforço de mobilização de seus delegados para Convenção, o MOSMSP deteve 59% da representação contra todas as demais forças. Entretanto, abriu mão da hegemonia da chapa, cedendo cargos principalmente para a Articulação, que pouco representa.

E porque o MOSMSP não lutou pela real representação das forças? Este não seria um critério correto para tal situação, onde as outras correntes além de não apresentarem um programa classista também não são referência dos metalúrgicos? É que sua direção se colocou pela unidade a qualquer preço. A divisão apresentada por Lúcio Belantini, da Articulação, reforçou ainda mais os temores do MOSMSP. E esta manobra se constituiu em apenas um dos fatores da enorme pressão aparelhista para que o MOSMSP cedesse em tudo. Acrescenta-se a isso a tradição do PCdoB de rachar a oposição, embora nas atuais circunstâncias seu poder divisionista estava muito reduzido, uma vez que foi enxotado da CGT. Na verdade, a situação não era desfavorável para que o MOSMSP impusesse as condições fundamentais para uma chapa frentista. Difícilmente a Articulação poderia se unir inteiramente a Medeiros. O PCdoB estava entre a cruz e a espada. E somente essas duas correntes poderiam dividir os metalúrgicos opositores com uma 3ª chapa, mas politicamente

seria desastrosos para elas. Desta forma, o MOSMSP cedeu estando em superioridade de condições.

E porque então a unidade a qualquer preço? Porque o MOSMSP vem atravessando uma crise política. Depois de várias derrotas eleitorais (chegou inclusive a ganhar se não fosse a fraude), sua consistência de intervenção tem se reduzido e cada vez se torna mais necessário chegar ao cume do sindicato, porque a razão de sua existência é obter o êxito eleitoral. E já não importa que êxito seja. As eleições passaram a ser uma questão de vida ou morte para o MOSMSP. Mas isso não explica tudo. Um outro fator decisivo está em que a ausência do programa de classe leva a qualquer agrupamento sindical a fazer acordos sem princípios em função das pressões políticas (por exemplo, derrubar Medeiros não importa com que política) e da sua meta exitista eleitoral.

Desta forma, o MOSMSP contribuiu para que se estruturasse uma chapa sem programa, para que se eliminasse o critério da representação proporcional segundo o número de delegados da Convenção e adotasse as formas mais condenáveis de acordos de cúpula e aparelhista. A despolitização foi total e completa. E a política frentista, que deve ser manejada como instrumento de luta contra os divisionistas (estalinistas, socialdemocratas, reformistas, etc), foi conduzida na forma de ajuntamento sem definição política, dando margem as relações oportunistas, alheias à política proletária, que é clara não só para a vanguarda, mas também para as massas, que se constituem na força real não só para derrubar eleitoralmente a burocracia como também para transformar o sindicato nos seus fundamentos de classe. E, para cumprir essa tarefa, elas necessitam de uma direção revolucionária oposta a qualquer variante burocrática-reformista.

É possível substituir uma burocracia por outra?

É uma levandade ou um total desconhecimento supor que a burocracia pelega se limita ao sindicalismo de resultados. Essa corrente representa apenas uma das variantes da burocracia sindical, que tanto pode ser pró-imperialista quanto nacionalista, reformista, etc. Figuras como Joaquim, Medeiros, etc são a manifestação concreta de uma política burocrática. E o conteúdo dela é pró-burguês, isto é, de sustentação da ordem capitalista através da anulação dos sindicatos como instrumento da luta de classes. Mas não só tais homens encarnam na sua individualidade essa tarefa, de freio, as correntes políticas que atuam no seio do proletariado também podem exprimir um conteúdo pró-burguês, mesmo estando circunstancialmente no campo da esquerda e do lado opositorista ao sindicalismo direitista. É o caso genuíno do PCdoB, PDT, Articulação, etc.

O papel histórico do PCdoB é o de promover a fusão do proletariado com os chamados setores progressistas da burguesia nacional. E por mais que esta organização faça viradas para a esquerda, nunca abandonará esta estratégia, que conduz à quebra da independência. A trajetória prática do PCdoB atesta que sempre esteve voltada para as alianças conciliadoras, a ponto de chegar a apoiar Quéricia e Tancredo Neves, declarados inimigos da luta de classes e dos explorados. Também não se constitui num mero jogo tático sua composição passada com Joaquim/Medeiros e sua luta encarniçada contra a CUT e defesa da CGT burocrática.

É estarrecedor quando ouvimos das esquerdas a idéia de que o PCdoB está evoluindo, porque abandonou suas antigas posições e agora está do lado do PT e da CUT. A Convergência Socialista chega a dizer inclusive que o PCdoB luta pelo socialismo. Isto não é um equívoco é uma fraude ideológica e política.

Os estalinistas se voltaram para o PT porque este adotou precisamente a linha frentepopulista de unidade com os progressistas burgueses e vem para a CUT porque pode se alinhar com a Articulação, que comparece no movimento sindical como burocracia reformista. Sob a enorme crise do país, está ocorrendo todo um processo de definição e realinhamento político, distinto do período 79/87. Aglutina-se um pólo reformista, que como tal submete a luta do proletariado à democracia burguesa e às condições da propriedade capitalista. Desta forma, três linhas de força se delineiam: a direita burguesa pró-imperialista, a esquerda reformista pró-burguesa e a revolucionária.

Dada a inexistência do partido revolucionário, a polarização se dá

entre as duas primeiras forças. Isso facilita criar a confusão de que os reformistas, que quase sempre se mascaram, jogam o papel de socialistas, e de luta pela emancipação das massas. Quando, na realidade, arnortecem a luta independente do proletariado. Esse fenômeno está claramente expresso na chapa de oposição burocrática esquerdista. E não é por acaso que afirmam que essa frente é a consequência direta da Frente Popular e dos 13 pontos. Como vemos, é possível substituir uma burocracia direitista por uma outra formista.

O frentismo oportunista e o frentismo classista

O MOSMSP ao se negar dar a batalha por um programa de classe também negou constituir uma frente classista, oposta ao frentismo oportunista. Uma frente pressupõe um acordo político, que deve ficar claro para as massas, de tal forma que possa identificar as forças que a compõem e seus limites. Ora, uma relação política como essa não se dá sem luta por posições programáticas, aliás necessária para se saber as direções fundamentais e se é possível ou não constituir a unidade. Ao contrário, uma frente que esconda as divergências, que se componha sobre a mera idéia de "combater o inimigo comum" e que resulta de manobras aparelhistas se caracteriza pelo oportunismo e pelo engano das bases.

Principalmente em se tratando de corrente estalinista (PCdoB) e nacional-reformista (PDT, Articulação), é um dever exigir um programa operário, defendido e votado pelas bases na Convenção, como condição para o frentismo. E esse programa tem de ser claro na condenação dos partidos patronais. A simples defesa que uma corrente possa fazer da burguesia "progressista" está fora de uma frente classista. Certamente, ocorreria a pergunta, e se o PCdoB/Articulação não concordassem? Ora, não haveria a frente, porque esta só tem valor caso permita alcançar na constituição de uma linha de independência de classe e da direção revolucionária. Uma frente que acabará reproduzindo a burocracia, mesmo estando à esquerda, será cedo ou tarde um grande obstáculo aos classistas.

Outra dúvida virá: então não seria possível nunca uma frente? Nada disso! Uma direção principista que ganha força nas massas arrastará estas correntes para o frentismo. E para isso a tática frentista não deve ser utilizada apenas para as situações de eleições sindicais. Ao contrário, ela é um instrumento para se exigir a ação direta conjunta. Este é o frentismo de luta de massa, que aliás sem o qual dificilmente se chegará a uma chapa unitária classista, antiburocrática. E se é necessário que se faça algumas concessões, desde que não atinjam a essência do conteúdo de classe do programa, para que uma frente saia, dadas as circunstâncias especiais da luta de classes, então é preciso que os trabalhadores saibam as razões e seu significado.

O eleitoralismo sindical e o aparelhismo

É sintomático o fato de se defender a unidade frentista apenas em

épocas eleitorais. Quando se trata de pleitear a unidade na luta, os campeões da frente eleitoral estão na outra margem. E não é por outra razão que a chapa unitária de oposição metalúrgica não tem se colocado claramente pela luta grevista. Permanece apenas na justa denúncia do sindicalismo de resultados, mas não levanta uma campanha pela greve geral de todos os metalúrgicos. E quando falamos em campanha não estamos dizendo uma frase no meio de um milhão de denúncias. Estamos falando em colocar como bandeira central.

Não é desconhecido ao MOSMSP que há um grande descontentamento nas fábricas com o arrocho. E também estamos assistimos inúmeras tentativas de greves isoladas. Está aí o exemplo da Siemens, que saiu em greve numa situação difícil, em que o isolamento pesou fortemente a favor dos patrões. O papel de uma direção de classe é dar expressão unitária à disposição e revolta dos trabalhadores. E porque não fazem? Simplesmente porque a chapa é meramente eleitoral, nada tendo de vínculo com as aspirações das massas. Além do mais não se improvisa uma direção de combate. Há tempos o MOSMSP vem se caracterizado pela inércia. E uma de suas manifestações tem sido o apego à campanhas eleitorais do PT, que tem sido contraposta à luta grevista. Isto explica também o silêncio da chapa frente à paralisia da CUT, que permanece em compasso de espera para ver o que Collor vai fazer.

Estes traços de frouxidão e de desprezo para com as condições brutais de exploração dos assalariados confere à chapa um conteúdo sindical aparelhista. E não é de se estranhar quando ouvimos militantes afirmarem que primeiro se tem de conquistar o aparelho para depois lutar. Quando a verdade é bem outra. Para se derrubar a estrutura aparelhista da burocracia Medeiros é necessária que as massas se choquem na luta com ela e coloque na direção do sindicato uma posição política vinculada ao combate antipatronal e antiburocrático.

A Tarefa dessa Experiência

Os militantes que se posicionaram a favor de um programa de classe e do frentismo classista deverão se organizar solidamente em torno dessa linha defendida no interior do MOSMSP. Disso depende o futuro da construção de uma fração operária revolucionária e da luta pela independência de classe. Terão de se orientar para o trabalho fabril sistemático e travar uma dura batalha contra todas as expressões do oportunismo e do burocratismo sindical. Ganhe ou perca a chapa de oposição, permanece esse objetivo classista, sem o qual haverá uma grande dispersão da base combativa, o que só vem fortalecer o sindicalismo de resultados.

Por uma linha revolucionária para os metalúrgicos!

Por uma oposição sindical de classe e revolucionária!

Por um programa de luta de classe!

Pela transformação do sindicato em instrumento de luta anticapitalista!

Securitários: quem é essa chapa de oposição?

Dia 14 de fevereiro ocorreu uma assembléia no sindicato cuja finalidade foi a de votar um novo Estatuto para a Entidade.

Caracterizado pela própria diretoria como um "Estatuto Moderno e Democrático", seu conteúdo real é ainda mais reacionário que o anterior vigente desde os tempos da Ditadura Militar, e por mais que a burocracia lute por encobrir o seu caráter, a verdade é que tal Estatuto coloca abertamente a fascistização da Entidade, delegando "poderes divinos" à diretoria que a partir de então, entre outras coisas, gozará das seguintes prerrogativas:

— Cinco anos de mandato ininterruptos, ao contrário dos três anteriores;

— Direito de excluir do quadro associativo quem bem lhe aprouver;

— Total autonomia em relação as assembléias e fóruns da classe, etc. Dessa forma foi que, ignorando completamente a posição contrária da maioria dos presentes, a burocracia, em dado momento, deu por encerrada a assembléia, considerando aprovado o novo estatuto.

Toda essa traição feita às costas da classe, (não houve convocação da categoria), e às vésperas da eleição para a nova diretoria, tem objetivos claros, a saber:

1 — Perpetuar a camarilha que há quase 30 (trinta) anos se encrusta

dentro do sindicato, mantendo-se às custas da categoria e dos acordos feitos com o patronato.

2 — Impedir a oposição de participar dos processos eleitorais, tanto do atual quanto dos vindouros, à medida que ela (a diretoria) é quem decidirá quem fará parte do quadro de sócios.

3 — Restringir mais ainda a participação dos trabalhadores, fechando ainda mais o sindicato para a classe.

COMO REAGIRAM AS "OPOSIÇÕES"

Os diversos setores que se reivindicam de fazerem oposição aos pelegos (PSDB, PCs, CO, etc.) presentes à assembléia, além de fazerem muito estardalhaço, imediatamente marcaram uma reunião para o dia seguinte para discutir que medidas tomar perante os fatos.

Desesperados frente à possibilidade de perderem a única coisa que lhes interessa, "o aparelho", estes setores divergiram da caracterização feita pela oposição classista de "fascistização do sindicato", perante a qual se colocava como prioridade absoluta a idéia de que não devíamos nos submeter a tal manobra, mas, ao contrário, denunciá-la amplamente à classe, mobilizando-a para a luta contra tal atitude da burocracia reacionária, visando a ocupação do sindicato pelos trabalhadores.

Nesse sentido, como era de se esperar, ao não se apoiarem na força

da classe como única forma possível de dar combate à fascistização, não apenas revelaram mais uma vez o conteúdo de sua política aparelhista e burocrática, como também, apesar de "espernearem", acabaram por se submeter completamente às manobras da burocracia reacionária.

ELEIÇÕES SINDICAIS: A ÚNICA CHAPA DE OPOSIÇÃO, A QUE INTERESSES RESPONDE?

Destituída de um programa classista, desvinculada das lutas, a única chapa de oposição que concorre às eleições pode ser caracterizada como uma chapa burocrática e oportunista. Produto de acertos típicos de camarilha, que exclui a própria classe de seu processo de formação. O cupulismo burocrático se expressou em sua composição, nas aspirações e nos interesses carreiristas de pessoas que nunca levantaram um dedo a favor da classe. Embora tenha conseguido arrastar para seu interior alguns securitários militantes e sérios, a mesma nada mais é do que uma negociata feita entre setores burocráticos. Tanto é que nela encontramos desde a ala mais aburguesada (PSDB, PMDB, PCs, etc.) até os mais esquerdistas como Causa Operária, que, a todo momento, no decorrer desse processo, nada fez a não ser negociar os cargos mais importantes da chapa.

A RESPONSABILIDADE DE CAUSA OPERÁRIA

Esta organização buscou se apoiar e impulsionar a todo instante os setores oportunistas e burocráticos da classe, ao mesmo tempo em que procurou excluir o único pólo classista de oposição (impulsionado pela TPOR).

Nesse sentido foi que, não medindo esforços, C. O. negou-se até o último momento a fazer um trabalho conjunto com a oposição classista que, por diversas vezes, inclusive em Carta Aberta, reivindicou a unidade no campo da CUT, por formar uma chapa de luta, com um programa classista, antiburocrático e sem pelegos e tirada numa ampla convenção da classe. Ao contrário, optaram pela "politicagem das camarilhas", pelos acordos entre quatro paredes (na sua livraria), onde se definiu uma chapa às costas da classe e de acordo com os interesses mesquinhos de cada um dos setores.

Desse modo foi que a T. POR se constituiu no pólo de resistência ao eleitoralismo, burocratismo e oportunismo de tal política. Lutando até às últimas consequências, apoiando-se no descontentamento generalizado da classe, procuramos organizar a todo instante a luta por melhores salários, escala móvel, redução da jornada, etc., visando à greve geral da classe e colocando claramente que a luta por ganhar a direção do sindicato deve estar subordinada à luta contra a exploração capitalista.

Entretanto, apesar de todo esse combate, ainda não fomos forte o bastante para quebrar a rota do burocratismo e levantar uma chapa classista, unitária e sem pelego.

PORQUE AINDA ASSIM ESTAMOS NA CHAPA

É só através da compreensão destes problemas que poderemos clarificar melhor o porquê de nossa participação nesta chapa.

Enquanto agrupamento transitório, produto das pressões da burocracia a mesma tem despertado uma profunda desconfiança em uma parcela da vanguarda presente neste processo. Tanto isso é verdade que, na reunião onde se discutiam a divisão dos cargos, um militante fez aprovar a proposta de que "imediatamente após as eleições, caso se eleja, essa diretoria deve convocar novas eleições".

Por tudo isso é que nos está colocado a luta pelos princípios também no interior deste processo, que passa principalmente por nos reservarmos ao direito de crítica aberta contra a política aparelhista que norteia os setores burocráticos da chapa.

EM DEFESA DE UM PROGRAMA CLASSISTA. POR UMA DIREÇÃO DE CLASSE.

A forma como evoluiu o processo eleitoral nos securitários, além de servir para demarcar com clareza dois setores opostos (um burocrático-aparelhista, outro classista e de luta), serviu também para pôr a nú de modo gritante a necessidade da construção de uma direção de luta reconhecida pelos trabalhadores, que, apoiada num programa classista, não dê trégua à exploração do trabalho. Nesse sentido, tal direção deve ser produto da experiência da classe na luta contra a miséria e a exploração patronal, deve estar vinculada às lutas e trabalhar incansavelmente por organizar os trabalhadores para tais combates, baseada nos seguintes pontos:

- Independência de todas as formas de política burguesa e pró-burguesa (conciliação de classe), dos partidos patronais, do governo e do Estado capitalista;
- Lutar contra o corporativismo, se colocando a serviço de todas as lutas dos trabalhadores e da unidade na ação;
- Defender a centralização nacional das massas, sob a direção do proletariado, para concentrar forças contra a burguesia centralizada no Estado;
- Tornar-se uma direção de massa e de organização de base;
- Defender e buscar desenvolver o método da ação direta (greve, piquete, manifestação, boicote, etc.);
- Colocar-se pela politização e elevação da consciência da classe, isto é, consciência anticapitalista, dos assalariados, o que inclui a luta contra a ideologia burguesa, e pequeno burguesa no movimento dos explorados; etc.
- Esta é a monumental tarefa que se coloca para a oposição classista como prioridade número um para o próximo período.

Causa Operária: O que é uma política aparelhista!

Em seu jornal nº 102, a Causa Operária critica a convenção dos metalúrgicos de S.P., dizendo que foi "violada a Democracia Operária e representou a vitória dos aparatos sobre as bases", no decorrer da matéria diz que é "uma chapa sem qualquer delimitação programática onde se juntam as forças mais díspares inclusive aquelas que, se hoje estão temporariamente na oposição, em períodos recentes sustentaram o peleguismo e comprometeram até mesmo o caráter da oposição..."

Tudo isto é verdade, mais porque então C.O. fez o mesmo nos securitários de S.P.? Em sua atuação na oposição dos securitários simplesmente não chamou a convenção e fez um acordo de camarilha, onde acabou por entrar na chapa, entre outros, representantes do P.S.D.B. e também do P.M.D.B., sendo que um deles é conhecido como um pequeno pelego quebra greve.

De que vale a crítica que Causa Operária dirige à convenção dos metalúrgicos de S.P.? Na verdade só critica quando lhe é conveniente, como não conseguiram "cargos" na convenção do Mosmap diz que a convenção foi burocrática, mas nos securitários fez muito pior e sobre isto nem toca em seu jornal. Tudo isto só demonstra a que ponto esta política oportunista conduz, pois em política os meios não só justificam como também determinam os fins. O nosso fim é construir uma fração que encarne uma política revolucionária e o meio só pode ser a luta por um programa classista, coisa que Causa Operária negou nos securitários.

Funcionários públicos se preparam contra as demissões

A ameaça de demissão em massa no funcionalismo federal pelo governo Collor tem obrigado os trabalhadores a se prepararem para a luta. Inúmeras reuniões tem sido feitas nesse sentido. Os funcionários chegaram à conclusão de que ou saem ao combate ou serão demitidos. A determinação do Collor tem suas raízes na exigência do imperialismo de enxugar o orçamento estatal para manter o pagamento da dívida interna e externa. Esse fato por si só indica que se trata de uma dura batalha. E nos traz um importante problema político. A ofensiva de Collor é contra todos os assalariados. O que coloca

um movimento nacional unitário. O isolamento dos funcionários será uma arma a favor do Collor e do imperialismo. Por essa razão, as assembleias dos federais devem exigir da CUT o lançamento de um plano único de combate, que tenha como eixo enfrentar a investida da política pró-imperialista de Collor!

Nada de demissões!

Pela organização de todo o funcionalismo!

Por um movimento unitário contra Collor e o imperialismo!

Professores: A T POR debate a educação no capitalismo em crise

Formar uma corrente proletária

A tendência pelo Partido Operário Revolucionário realizou no dia 4 de março uma palestra-debate sobre o problema da educação no capitalismo em crise, cujo objetivo foi lançar as bases para a constituição de uma corrente proletária no movimento dos professores.

No curso da mesma, foi colocado que o fundamento para a construção de uma fração revolucionária consiste na correta caracterização do país como nação atrasada e semicolonial. Esta característica determina o conteúdo e o papel das reivindicações democráticas específicas na educação no conjunto das relações políticas e programáticas.

A uma nação atrasada e semicolonial corresponde uma escola atrasada e semicolonial. Diante disso, a defesa da escola PÚBLICA, ÚNICA E GRATUITA se transforma numa bandeira da nação oprimida contra o imperialismo, desde que enquadrada no programa da revolução proletária, condição indispensável para que estas adquiram conteúdo efetivamente democrático. Os movimentos em defesa da escola pública que se desenvolveram na história do país, entretanto, restringiram as reivindicações do ensino ao limitado campo democrático burguês, enquadrando a luta à restritas sessões parlamentares. Aqui radica a debilidade destes movimentos que tinham necessariamente de concluir prostrados perante o poderio econômico e político do Imperialismo, das oligarquias e do clero.

A escola PÚBLICA, ÚNICA E GRATUITA se complementa com a defesa da AUTONOMIA integral do ensino, ou seja, que a escola seja dirigida acadêmica, administrativa e financeiramente pelos professores, alunos e pelos trabalhadores. Esta é a única forma de retirar

do Estado, das Igrejas e dos empresários este instrumento poderoso utilizado pela burguesia para a doutrinação ideológica e dominação política e transformá-lo em alavanca para o progresso das forças produtivas.

Os problemas da educação são inseparáveis da miséria e da exploração que padecem as massas. Não se pode resolver o crônico analfabetismo sem dar de comer às crianças famintas, sem defender os salários dos seus pais, e sem aumentar os salários de fome dos trabalhadores em educação.

A direção do movimento dos professores tem levado o movimento a sucessivas derrotas, isto, apesar da combatividade demonstrada nas greves e enfrentamentos havidos. O motivo é a filiação desta direção à Articulação, corrente dominante dentro da direção do PT, cuja política de conciliação de classe conduz justamente a subordinar a luta direta das massas em favor da oposição estritamente parlamentar.

Em defesa da escola e da educação, contra as direções frentepoulistas, a TPOR chama à formação de uma corrente proletária no interior do movimento dos professores, que tenha como princípio a defesa das reivindicações democráticas no campo da educação como alavanca para mobilizar as massas trabalhadoras no seu conjunto (e não só os professores) contra a opressão imperialista e pela revolução proletária.

O conteúdo do debate será publicado em breve num folheto específico que poderá ser adquirido junto ao distribuidor deste jornal.

O capitalismo em crise destrói a educação

Os dados apresentados pela UNICEF revelam a situação calamitosa da educação brasileira. Temos um país com 31,8 milhões de analfabetos e uma tendência ao crescimento desses números, pois há 12 milhões de crianças em idade escolar que não vão às escolas por falta de vagas. São as vítimas do sistema capitalista, que prioriza os interesses antipopulares, deixando a educação com os míseros 2,8% do seu produto interno bruto. Taxa essa bem abaixo da média de investimentos da América Latina, que é de 3,9% (por sinal, também, muito pequena).

Cabe ressaltar que esses míseros investimentos foram sendo reduzidos na medida em que o país foi sendo pressionado pelas potências imperialistas, ou seja, assumindo o pagamento de altíssimos juros da dívida externa ou deixando de investir na produção, crescimento das forças produtivas, para privilegiar o capital parasitário financeiro. Se não bastassem as pressões dos países imperialistas, o submetimento da burguesia nacional às metrópoles, há também a vasta corrupção política e econômica, que sustenta o parasitismo. O relatório do Banco Mundial (BIRD) aponta que de cada dólar investimento do ensino. O que mostra que o capitalismo só interessa a discriminação social e um ensino elitizado para as classes abastadas.

Portanto, o acesso à educação para a maioria da população não faz parte do regime que a explora, que precisa mantê-la no mais alto grau de submetimento e que necessita do embrutecimento constante dos trabalhadores para poder contar com a rotatividade do trabalho, com os baixos salários, etc. Ao contrário, o direito à educação a todas as classes oprimidas é parte constitutiva do programa anticapitalista e antiimperialista. Trata-se de uma reivindicação democrática que precisa ser assumida pelo conjunto da classe trabalhadora e nesse sentido é tarefa dos trabalhadores em educação levar à classe operária, através de seus sindicatos e a CUT para que a incorpore como uma exigência pública e gratuita passa necessariamente pelo enfrentamento direto contra todos aqueles que sustentam a política privatista, ou seja o grande capital nacional, a igreja, o estado e o imperialismo.

do em educação, na região nordeste, apenas 20 centavos chegam à sala de aula. tudo isso evidencia que não é por acaso que a taxa de analfabetismo cresceu 2,8%, nessa região, só no período de 1986 e 1987.

O retrato de anos e anos de exploração das metrópoles capitalistas e do grande capital nacional é de um país com uma massa humana marginalizada ao acesso à educação. Os exemplos dos Estados de Piauí e Alagoas com metade de sua população sem nenhuma instrução (55% e 51% respectivamente) já justificam, por si só, o atraso que foi imposto à débil economia nacional.

O Ministro da educação do governo Collor, Carlos Chiarelli, fala em resolver o problema do ensino brasileiro e diz demagogicamente pretender acabar com o analfabetismo. Fato impossível, pois mesmo que o governo invertesse a sua ordem de prioridades (coisa inadmissível para um governo pró-imperialista), colocasse a educação em primeiro plano não conseguiria eliminar o analfabetismo. Isto porque para superar o problema é preciso acabar com a fome e a miséria que assolam a classe trabalhadora. Essa tarefa não é de um governo capitalista responsável pela opressão social.

O que verificamos é que os governos vem passo a passo destruindo o ensino público e gratuito. O exemplo da municipalização do ensino, para solucionar a falta de escolas, precariedades de ensino, ausência de professores, etc, vem sendo testado desde 1834 e os resultados são penosos. O Nordeste, região com maior índice de municipalização, possui hoje 47,8% de analfabetos adultos e 63,2% deles de 10 a 14 anos de idade. A municipalização só serviu e serve aos interesses dos políticos burgueses e como desafogo ao Estado endividado, pois para a educação contribui para acentuar, ainda mais o atraso das regiões e quebrar a força política de uma classe de trabalhadores em educação que não consegue sobreviver com os baixos salários e que inevitavelmente se chocará com o Estado.

Se por um lado, temos toda uma investida pela destruição da escola pública e gratuita, como parte da política imperialista associada ao capital nacional, por outro, há o incentivo crescente para a privatiza-

Existe uma crise mundial capitalista?

A desagregação da burocracia estalinista no Leste europeu e na Rússia, bem como o surgimento de uma forte tendência pró-capitalista em suas fronteiras, tem levado a setores da esquerda reformista contestarem a análise marxista de que o capitalismo mundial entrou num processo de aguda crise. Na realidade, os reformistas se arrastam por detrás da monumental campanha burguesa. Evidentemente, não se pode esperar da burguesia e seus advogados outra afirmação senão a de que o comunismo afunda e a economia de mercado (capitalismo) se ergue com toda pujança. A razão disso é que a derrocada da burocracia, tendo sob seus pés a crise econômica e a luta das massas, pode muito bem ser utilizada para confundir-la como um suposto fracasso da economia estatizada e planejada, sob a direção do Estado Operário, que, diga-se, degenerado pela ditadura burocrática estalinista.

A formidável propaganda do imperialismo em torno da vitória histórica do capitalismo sob o socialismo, no entanto, visa atingir a evolução das massas que no mundo inteiro se agigantam, motivadas pelos efeitos catastróficos da crise capitalista e dos impasses das forças produtivas nos países em que a burguesia foi expropriada. E, neste último caso, constatamos o esgotamento da direção estalinista — responsável por limitar as potencialidades das massas e do Estado operário para desenvolver as forças produtivas socialistas — e o reflexo da crise de superprodução capitalista que atinge todo o globo terrestre sem distinção.

Desta forma, é completamente falsa a proposição de que a derrocada do estalinismo é a comprovação de que o capitalismo marcha para a frente, superando as contradições.

Também é necessário desfazer a confusão criada entre as possibilidades de saída da crise pelo imperialismo e a própria crise estrutural do sistema capitalista. Referimo-nos à idéia daqueles que vêm na ofensiva imperialista sobre as economias do Leste Europeu uma prova de que não existe bancarrota das relações capitalistas de produção. Pois ocorre precisamente o oposto. As pressões do capital financeiro para abocanhar uma grande fatia da estrutura produtiva nacionalizada (Leste Europeu, Rússia, China, etc) e abrir os mercados para ampliar o raio de ação das exportações refletem justamente a necessidade das metrópoles imperialistas desafogarem suas produções e darem vazão ao capital financeiro, cuja ciranda especulativa mundial chega a limites perigosíssimos.

A Perestroika/Glasnost, de Gorbachov, é a expressão tanto do bloqueio das forças produtivas internas quanto externas aos países não capitalistas. Este é o resultado do "socialismo em um só país", da política de "coexistência pacífica" com a burguesia internacional e da negação do internacionalismo proletário estabelecidos por Stalin. O estalinismo, ao expressar historicamente as tendências capitalistas internas, que ainda permaneceram vivas após a Revolução Russa, foi diluindo a contradição entre socialismo (produção coletivizada) e capitalismo, criada pela Revolução Proletária. A condução burocrática dos Estados Operários e o bloqueio à luta internacional pela revolução, principalmente na Europa avançada, colocaram as economias planejadas cada vez mais sob a poderosa pressão do imperialismo.

Atualmente o equilíbrio do pós-guerra (2ª guerra) se tornou precário no mundo capitalista e seu esgotamento crescente arrasta consigo a burocracia, que já não consegue sustentar minimamente as bases econômicas nacionalizadas. Por acaso, a capitulação da burocracia quer dizer que o capitalismo não está se afundando em crise? Absolutamente não! Esse fenômeno apenas nos permite afirmar que a penetração do imperialismo no Leste Europeu e a articulação da contra-revolução procuram reduzir o ritmo catastrófico do declínio capitalista. E que, sem a expansão da propriedade burguesa e dos mercados para dentro dos países de economia planejada, a crise de superprodução e do parasitismo financeiro assumirão formas de profundos choques intercapitalistas, e as tendências recessivas serão estimuladas em grande escala e os processos revolucionários das massas se chocarão contra a propriedade burguesa.

A colisão intercapitalista

O confronto comercial entre os Estados Unidos e Japão ganha projeção e expõe a dimensão da crise mundial. Ultimamente, os japoneses iniciaram uma escalada de exportação de capital sem precedentes, impulsionados pelo extraordinário superávit comercial, que somente nas

transações comerciais com os ianques atingiram 49 bilhões de dólares. Enquanto os Estados Unidos retrocedem mundialmente, o Japão avança, sobretudo no mercado norte-americano. E o gigante se contorce com seus déficits, dívida interna e declínio de setores industriais e comerciais e agrícolas. Por outro lado, a Europa caminha para um maior protecionismo, mediante o seu próprio impasse. A tentativa de formação do bloco europeu tem origem no estreitamento dos mercados, em que os obstáculos são maiores do que as facilidades, já que não há como romper as fronteiras simplesmente através de acordos, por mais globais que sejam. Na realidade, se trata mais de movimentos protecionistas, gerados pela superprodução mundial (a capacidade produtiva é muito superior ao que o mercado pode assimilar) do que da universalização cooperativa, impossível de se realizar sob o capitalismo (contradição entre as forças produtivas e as relações de produção capitalistas). Por outro lado, os países semicoloniais, que suportam todo peso da exploração imperialista estão falidos, suas economias regridem, reforçam o atraso e seus mercados se restringem. Em todas as partes cresce vertiginosamente o número de famintos, excluídos do consumo mais elementar.

A análise de Lênin de que uma das características da fase imperialista é a completa repartição do mundo, a qual leva a tremendos choques por novas repartições, se confirma sob atuais circunstâncias. A repartição do mundo depois da 2ª Guerra já não mais comporta as acomodações "acordados" entre vencedores e derrotados. Abre-se um período de guerras industriais e comerciais, e o quadro de confronto se potencializa com a formação dos blocos, tendo como agravante a projeção do Japão e, agora, a possibilidade da grande Alemanha unificada. O ex-assessor de Segurança Nacional do governo Carter, Zbigniew Brzezinski expõe esta constatação nestes termos: "A grande lição da ordem do pós-guerra é que o equilíbrio de poder entre grandes nações e regiões é que consegue manter a paz. O término da guerra fria e a prosperidade na Europa e na Ásia serviram para minar, erodir as velhas fórmulas de equilíbrio" (Estado de S.P. 25/2). O estrategista yanque nada mais faz do que expor a grande crise que se abate sobre o capitalismo com a acabada reconstrução da Europa e o fechamento dos mercados. É no contexto desta análise que Zbigniew destaca a gravidade do confronto EUA/Japão, quando este saiu da 2ª Guerra como um ponto de apoio estratégico do imperialismo contra a União Soviética, para que pudesse exercer o papel de gendarme do mundo. Todo problema, agora, é que a emergência japonesa, juntamente com a "fortaleza européia", ameaça a hegemonia norte-americana, que impôs as regras para o sistema de comércio mundial. Por essa razão, chama a atenção do Japão "para traduzir seu enorme poder financeiro e tecnológico na responsabilidade geoestratégica que se espera de uma grande potência". E ressalta: "O relacionamento bilateral do pós-guerra tem sido um dos mais produtivos da história — juntas as duas nações produzem 40% da riqueza mundial". Entretanto, reconhece que a tendência, a curto prazo, é de "um enfrentamento e uma fragmentação da liderança".

Na linha de pressão do governo norte-americano, que exige a abertura de mercado japonês, desregulamentação das regras protecionistas e diminuição da defasagem comercial, Zbigniew pleiteia "um mercado de consumidores, ligando os dois lados do Oceano Pacífico, sem restrição (...)", como a única forma de se evitar um grande confronto e erguer os "pilares do novo equilíbrio".

Certamente, a proposta de união dos EUA e Japão, para fazer frente a uma Europa mais e mais fechada, é inviável. A rota é de choque, uma vez que se trata de uma crise geral da economia imperialista. Mas a idéia tem a virtude de revelar o estado adiantado do esgotamento do mercado mundial, o enclausuramento das forças produtivas e a guerra comercial intercapitalista, que pode se transformar em luta bélica.

O recém primeiro ministro, Toshiki Kaifu, revelou toda problemática ao se dispor a cooperar com Washington, mas sabendo de antemão que "não existe uma varinha mágica para fazer desaparecer um superávit comercial de 49 bilhões de dólares" (ESP. 1/3/90). Da sua parte, o subsecretário do Tesouro dos EUA, David Mulford, utiliza-se do fato dos japoneses dominarem 14% do mercado financeiro americano para exigir ou a liberalização do Japão ou a retaliação norte-americana. Na recente reunião de negociação comercial entre os dois países, realizada após violenta pressão de Bush, o representante norte-americano reconheceu a força

do impasse: "Estamos frustrados e preocupados com os japoneses, nada do que disseram é suficiente para ser efetivo duradouro ou confiável" (ESP. 24/2).

Na verdade, os japoneses vêm acatando parte das exigências da Casa Branca, aumentando suas importações. Basta se ver o déficit, em janeiro, do balanço de conta corrente do Japão de 636 milhões de dólares, contra um superávit de 2,51 bilhões de dólares de um ano atrás. Segundo um porta-voz do Ministério das Finanças do Japão "é a primeira vez em seis anos que as contas japonesas caem no vermelho" (ESP. 3/março). Mas a diminuição do seu superávit já se deu em 1989, quando decresceu em 28%. Em compensação, a Alemanha estourou seu superávit, superando o Japão. Um representante do Banco West LB expressou assim o problema "esperava-se uma queda do superávit alemão como forma de reequilibrar o fluxo do comércio mundial".

Esse quadro demonstra que, embora a maior potência mundial, os EUA, procure impor medidas que regulem os desequilíbrios, e que chega inclusive a ter algum êxito, não tem como resolver a base da crise, que reside no avançado estágio de capacidade produtiva alcançado e o correspondente bloqueio exercido pelas relações capitalistas de produção (propriedade privada na sua forma monopolista), que expressa tal contradição insolúvel nas crises comerciais, que na atual etapa ganha dimensões internacionais.

A instabilidade financeira

Interligada à crise comercial, desenvolve-se a formidável instabilidade financeira. E não apenas porque uma parte das semicolônias já não pode pagar parcial ou integralmente suas dívidas externas. Mas principalmente por que o capital parasitário se agigantou em proporções inimagináveis, alcançando uma autonomia especulativa extraordinária. Há pouco tempo, o Banco de Compensações Internacionais (BIS) fez um relatório alertando para a supremacia desproporcional dos mercados cambiais em relação às transações comerciais. Os números revelam, sem atenuantes, uma das contradições centrais da etapa de decomposição da economia imperialista, isto é, o fechamento das possibilidades de um desenvolvimento global e o crescimento incontrolável do parasitismo financeiro.

Analisando 18 países industrializados e três do Extremo e Médio Oriente, o BIS constatou a existência de "um giro diário bruto de operações cambiais (...) de 930 bilhões de dólares". "Descontadas as duplas contagens e estimando o total nos países não pesquisados, o BIS concluiu que o giro cambial líquido diário, em todo mundo, somava 640 bilhões de dólares" (Gazeta Mercantil 15/2). Tomado o mês de abril, quando foi feito o estudo, a movimentação cambial alcançou a cifra de 14 trilhões de dólares "enquanto o comércio externo não ultrapassou 460,9 bilhões". "Ou seja, os negócios cambiais superaram em 32 vezes o valor do comércio" (Gazeta).

Desta forma, o mercado de câmbio mundial, "hoje, não tem qualquer parentesco com transações comerciais concretas" (Gazeta). Fica evidente que "a desproporção indica que uma parte muito expressiva é constituída de negócios puramente financeiros. A dimensão deste mercado dá a idéia do poder de desestabilização da economia internacional, que pode ter movimentos cambiais especulativos" (Gazeta). Um exemplo é o caso da Inglaterra, que está em franco declínio, mas que sedia o maior centro de operações de câmbio internacional, "com um giro diário líquido de 187 bilhões de dólares". "Esse giro supera em 69 vezes o volume de transações comerciais externas do país".

Um outro dado que confirma a supremacia do parasitismo financeiro é a "velocidade com que o mercado está crescendo". Entre 1986 e 89, "o giro cambial líquido diário pulou de 206 bilhões para 446 bilhões, um salto de 116%, em três anos". "Em média, as operações cambiais cresceram neste período a uma velocidade duas vezes maior do que o crescimento do comércio exterior nestes países (56%) (Gazeta). Ao lado dessa constatação, figura o fato de ter se diversificado os agentes das transações cambiais. "Nos países onde as operações cambiais mais cresceram, isso coincidiu com uma expansão nas operações cambiais não exclusivamente entre bancos — na Grã Bretanha, os negócios que envolveram empresas e instituições não financeiras cresceram 221% nos três anos". A força do montante dessas operações financeiras é tal "que alguns economistas, hoje, colocam em dúvida a eficácia de políticas de intervenção dos governos desenvolvidos na tentativa de estabilizar o mercado numa certa direção". Esta aí a exposição de um quadro caótico e explosivo da crise capitalista mundial.

A Tendência de queda mundial da produção

Embora as projeções corram risco de desacertos, as previsões de que da geral média na economia, feita pela empresa consultora Data Resour-

ces (DRI), confirma uma tendência regressiva, que vem desenvolvendo algum tempo. Resumindo a análise da DRI, o Estadão expressou seus prognósticos da seguinte maneira: "A locomotiva do mundo industrializado, os EUA, terá o crescimento de seu PNB reduzido para menos de 2% em 1990. Embora a recessão americana permaneça afastada a médio prazo, o desempenho moderado da sua economia provocará uma desaceleração internacional. Sem o dinamismo americano, a economia mundial vai experimentar um período de expansão média abaixo dos 3%, a pior dos últimos cinco anos. Neste clima adverso, no entanto, a América Latina deverá retomar taxas de crescimento positivas" (Estadão 7/1).

O fato é que essa média vem despencando ano a ano: "Depois do pico de 4,44% observados em 1988, a média do PNB mundial despencou para 3,5% em 1989 e deverá situar-se nos 2,8% em 1990". As tendências recessivas presentes na economia norte americana respondem em grande parte pela queda mundial, mas elas compõem a tendência mais geral de retração do imperialismo (putrefação). O quadro de projeção da DRI indica uma retração global: os EUA de 2,9% em 1989, espera-se uma queda do PNB para 1,7%, Canadá de 3,1% para 1,5%, França de 4,0% para 2,6%, Japão de 4,9% para 4,0%, Grã Bretanha de 2,0% para 1,8%, Alemanha de 4,4% para 3,7%; Itália de 3,3% para 2,9%.

Na relação entre o PNB de 1988 e 1989, excetuando a França e Alemanha, os demais industrializados tiveram queda: Os EUA passaram de 4,4% (1988) para 2,9%, Canadá de 6,3% para 5,1%, Japão de 5,8% para 4,9%, Itália de 3,9 para 3,3% e Grã Bretanha de 2,4% para 2,0%. No caso da França e Alemanha, que não tiveram queda nesse período, os dados demonstram, entretanto, que em 1987 tiveram o mais baixo desempenho entre as nações imperialistas: França-1,9%, Alemanha, 1,8%. Há alguns outros fatores de análise da DRI que influenciam na previsão. Por exemplo, em 1989, as empresas da Grã Bretanha acumularam estoques, "em consequência da demanda abaixo da expectativa". Agora terá de desová-los. Isso leva à previsão de que "A Grã Bretanha corre risco de enfrentar uma recessão com inflação elevada este ano".

Quanto à América Latina, composta por países semi-coloniais e fonte de exploração do imperialismo, a previsão de que terá um pouco de melhor sorte não é bem assim. Os dados provam que, desde 1986, seu PNB passou a cair drasticamente: 1986, 3,6%; 1987, 2,6%; 1988, 0,3% e 1989 — menos 0,8%. Como observamos, houve uma recessão econômica, a ponto de regredir em 1989 0,8% nas suas forças produtivas. A estagnação seguida de recessão foi acompanhada por uma alta inflacionária histórica. A América Latina, mais uma vez, foi campeã das inflações em 1989 — com a média continental de 500% — e deverá repetir o efeito em 1990" (ESP). Para 1990, a projeção é de que a América Latina tenha um crescimento de 2,1% no PNB. Entretanto esclarece: "Para o especialista da DRI em economia internacional, Peter Perkins, a retomada do crescimento latino-americano não significara, entretanto, um aumento nos rendimentos per-capta da região, já que a expansão demográfica deverá superar a taxa do PNB. Ele destacou que, em 89, o declínio da produção regional de bens e serviços repercutiu na renda per-capta latino-americano de forma fulminante. Num continente onde se concentram grandes bolsões de miséria, a população média ficou ainda mais pobre 2,8%" (Estadão).

Por mais gerais e incompletos que esses dados possam ser, ainda assim são suficientes para atestar que a economia mundial está em descenso, que os principais carros chefes imperialistas declinam e que as nações oprimidas não apenas estagnaram, mas retrocederam suas forças produtivas, com drásticas consequências para as massas. As correntes que vêm na crise geral apenas uma manifestação natural, passageira e de pouca profundidade, fecham os olhos para o fato de que, no pós guerra, o imperialismo não só repôs as forças produtivas destruídas, como as ultrapassou largamente e que a fenomenal capacidade de produção alcançada não tem campo para se realizar plenamente, uma vez que o predomínio da propriedade monopolista as estrangula e as fronteiras dos Estados Nacionais novamente se estreitaram, chocando-se frontalmente contra a tendência de expansão do capital. O retrocesso constante do império norte-americano e a elevação do Japão e Alemanha, que ameaçam seriamente a hegemonia ianque, traduz o brutal conflito do esgotamento capitalista, que só pode encontrar saídas catastróficas (destruição das forças produtivas, incremento da opressão nacional, aumento da miséria no mundo inteiro, liquidação das conquistas dos Estados Operários, etc).

O crack da Bolsa de Nova York, em outubro de 87, e agora uma sucessão de mini-crack na Bolsa de Tóquio são um termômetro que assinala a turbulência do sistema financeiro mundial, que não encontra a contra partida num florescente desenvolvimento econômico, isto é, não guarda

relação real com o crescimento da economia. A instabilidade das relações cambiais a ponto do primeiro ministro japonês exigir de Busch "alguma forma de cooperação para acabar com a indesejada flutuação volátil de moedas no mercado internacional" (ESP 4/2) — e a crescente onda inflacionária nos chamados industrializados são também indicadores do estrondoso crescimento do capital parasitário e dos enormes desequilíbrios econômicos.

Derrotar o imperialismo e acabar com o capitalismo

A putrefação capitalista recai sobre as massas. Estas têm de suportar não só a exploração infernal do trabalho, como os frutos da degenerescência do sistema econômico, que se traduz em fechamento de fábricas, quebra de setores inteiros produtivos e, portanto, desemprego. Na América Latina testemunhamos uma das etapas mais violentas contra as massas. As burguesias já não conseguem sustentar minimamente seus escravos modernos. Carestia, desemprego e miséria absoluta é o que mais prolifera. E esta situação é sustentada a fogo pelo imperialismo e seus lacaios nacionais.

Nas metrópoles dominantes, a vida das massas também começa a ser duramente atacada. As concessões e migalhas de outrora já não têm lugar. Ao contrário, os salários e as conquistas sociais terão de ser golpeados, como já está ocorrendo em vários países imperialistas e os empregos estão sob ameaça. A tendência geral do capitalismo imperialista é de transferir uma parte da crise também para seus próprios assalariados. A longa greve de mineiros norte americanos é um sintoma de reação, assim como a greve dos metroviários na França. Na Inglaterra, o fechamento das minas de carvão e a combativa greve ocorrida há tempos atrás assinalaram a via da crise inglesa, que se confirma em várias outras partes da Europa, como Espanha e Portugal, onde os governos social-democratas tiveram de impor pactos para rebaixar os salários e manter uma situação de grande desemprego. Na Itália, se liquidou com a escala móvel dos salários, com a convivência do PCI. Enfim, o proletariado europeu e norte-americano arcarão cada vez mais com os espasmos do capital.

Em nosso continente, tem-se desenvolvido um amplo movimento de resistência de massa, com manifestações de rua, greve geral, ocupações de terra e saques (forma de defesa que reflete o desespero criado pela fome e a falta de direção revolucionária). Na Rússia e no Leste Europeu, a luta de massas, que cresceu enormemente nos últimos tempos, respondeu e responde a todos esses abalos sísmicos mundiais. A burguesia não tem como atender às demandas dos oprimidos. Sua arma é a do aumento da opressão social e nacional.

Desta forma, tomado de um ponto de vista geral, estamos numa etapa de desenvolvimento das forças contra-revolucionárias, que pugnam por

impor as massas novas condições de opressão, e as forças da revolução, encarnadas em grande parte pela luta instintiva dos trabalhadores, que ainda carecem de partidos revolucionários e da Internacional proletária (IV Internacional). O recente avanço do imperialismo sobre a Nicarágua (traição sandinista), a intervenção no Panamá, o banho de sangue na China e a enorme operação das forças contra-revolucionárias para quebrar as bases da economia socialista da Rússia (e demais países) espelham a estratégia da reação, voltada a sustentar o capitalismo putrefato. Os retrocessos na Nicarágua e no Leste Europeu é uma necessidade para o imperialismo enfrentar as massas, que não terão outra alternativa senão polarizar a luta de classes.

Os céticos e os pequeno-burgueses covardes não vêem ou fecham os olhos para o desenvolvimento dessas duas tendências emanadas da crise, que se expressam em ritmo e formas diferentes em cada país e que, por sua vez, se processam internacionalmente. É claro que, num ponto sensível, o imperialismo ainda leva vantagem (embora esteja dividido e em sua rota de colisão, onde reside a grande vantagem do proletariado), isto é, o proletariado se encontra no início de sua reconstrução depois do profundo retrocesso implantado pelo estalinismo e liquidação da III Internacional. E sua recuperação terá de se dar, inevitavelmente, no quadro da reação imperialista e pró-imperialista (estalinismo, social-democrata). Será do choque contra as tendências reacionárias que a vanguarda amadurecerá para a necessidade de construir os partidos revolucionários internacionalistas, sem os quais não há como derrotar definitivamente o imperialismo ou mesmo limitar circunstancialmente sua ofensiva e sem os quais não há como centralizar o proletariado internacionalmente em torno da luta estratégica da revolução e ditadura proletárias.

O fundamental é que da bancarrota capitalista-estalinista se desprende a enorme tarefa de estruturar o programa da revolução proletária (socialista) e da revolução política nas condições de cada país, que mostram toda sua vigência e sua combinação nos acontecimentos que se desenvolvem. É por essa via que se erguerão os partidos da revolução e se construirá a IV Internacional trotsquista, tendo por base o programa de transição aplicado. A T. POR se coloca plenamente por essa linha, lutando por superar a própria crise de direção do proletariado brasileiro, como um meio para alcançar a luta do proletariado internacional.

ABAIXO O CAPITALISMO PUTREFATO!

ABAIXO O ESTALINISMO CONTRAREVOLUCIONÁRIO!

PELA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA MUNDIAL!

PELA REVOLUÇÃO POLÍTICA NOS ESTADOS OPERÁRIOS!

PELA DITADURA PROLETÁRIA!

PELA CONSTRUÇÃO DOS PARTIDOS OPERÁRIOS REVOLUCIONÁRIOS!

PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL!

A social democracia mostra as garras

O governo social-democrata da Suécia propôs no último dia 08/02 um rígido pacote econômico que congelaria preços e salários e tornaria ilegal qualquer greve, com pesadas multas para os infratores. O pacote é a resposta do governo social democrata de Ingvar Carlsson à "maior crise econômica sueca desde a Segunda Guerra" (jornal sueco AFTENBLADET). O ministro sueco da economia Kjell-Olof Feld mostrou a principal causa das medidas: "... se não agirmos antes, as greves se alastrarão pelo país e, em pouco tempo, teremos o caos." As previsões sobre a inflação sueca são de cerca de 9% para este ano, o que para um país altamente industrializado é uma catástrofe.

É assim que os sociais democratas tratam o crescimento das greves em seus países, modelos de economias para os reformistas daqui: utilizam a repressão do Estado. Propõem as medidas próprias daqueles que chamam "conservadores". É com as filiais nacionais dessas correntes que o PT se propõe a fazer a sua "oposição popular", no caso o PDT.

O pacote foi rejeitado pelo parlamento em 14/02. Até o PC votou contra, receando uma revolta. Os "conservadores" (liberais) votaram contra alegando que o congelamento de preços seria negativo. E o governo foi obrigado a apresentar sua renúncia. Tratou-se de uma manobra, porque não há alternativa para a situação. Ninguém se propõe a administrar a crise, numa situação em que a luta de classes se agrava. Em 23/02, Ingvar Carlsson foi novamente indicado primeiro ministro, para formar o novo governo e reapresentar o plano, após as devidas negociações com seus aliados estalinistas. A política de acabar com o direito de greve, apresentada por Ingvar Carlsson, demonstra como a social democracia é um instrumento da ditadura burguesa. O decantado paraíso sueco se desmorona com a crise capitalista e com ela a democracia formal burguesa. Este é mais um exemplo porque o proletariado tem de passar por cima dos sociais-democratas e derrubar a burguesia do poder.

Pela Frente Unica Antiimperialista! Preparar a greve geral

África do Sul:

Mandela, a serviço de que estratégia?

A libertação de Nelson Mandela, se transformou nas últimas semanas num acontecimento de repercussão mundial, ao lado de fatos tão transcendentes como a derrota eleitoral dos sandinistas ou o restabelecimento da propriedade privada na URSS.

A razão desta repercussão é o lugar estratégico desse país no sistema imperialista e a monumental crise em que se encontra mergulhado o sistema de dominação da maioria negra por uma minoria colonialista branca, crise que ameaça explodir com as relações de dominação de classe e opressão nacional.

Na base da crise, está o esgotamento do regime de segregação racial como forma de extração de mais-valia e do desenvolvimento das forças produtivas, cuja origem não é outra senão o esgotamento do capitalismo a nível mundial.

Nestas condições, a opressão das nações autóctonas por uma minoria colonialista se tornou um fardo tão pesado e, ao mesmo tempo, no fator principal de bloqueio das forças produtivas.

Pela sua importância estratégica, na África semicolonial o Imperialismo está interessado em preservar a continuidade do regime, mesmo que para isso tenha de dividir o poder com a maioria negra. É a este propósito que responde a libertação de Nelson Mandela, sem dúvidas o mais importante dirigente do movimento anti-Apartheid. A sua libertação foi condicionada ao papel de mediador para consertar uma transição pacífica e é essa a tarefa que ele logo começou a desempenhar. As suas declarações iniciais de que as razões da luta armada não foram eliminadas, foram seguidas depois por posições mais conciliadoras e que apontam para o entendimento com o governo de minoria branca.

As massas trabalhadoras da África do Sul, entretanto, não parecem muito inclinadas a aceitar tranquilamente uma solução que resulte na

continuidade da exploração e o atraso a que o capitalismo os condenou. Após a libertação de Mandela, o governo continuou a reprimir sanguinariamente, e as populações negras dos bantustões (territórios semiautônomos para segregar as nações negras) continuam a se revelar.

Também na África do Sul a solução do problema das nações negras oprimidas e a superação da miséria das massas passa pela revolução proletária. Somente a expropriação das terras, das minas e das fábricas pelas massas oprimidas, lideradas pela classe operária, e o estabelecimento de um regime soviético, poderá garantir o harmônico desenvolvimento das forças produtivas, integrando as nacionalidades mediante uma federação livre dos diferentes povos sul-africanos. O caminho de uma transição pacífica para a participação negra no governo, pelo contrário, haverá de aprofundar ainda mais a miséria das massas e a opressão nacional, porque seu presuposto é preservação da grande propriedade colonialista e porque se dará no marco da opressão imperialista, cuja característica é justamente aprofundar a exploração dos povos atrasados e exacerbar as contradições e desigualdades entre as diversas regiões e tribos.

As reivindicações democráticas tem um papel muito importante no desenvolvimento da luta das massas africanas. Particularmente nas condições da África do Sul, o direito de participar das eleições, de votar e ser votado assim como o princípio de "um homem um voto", se confronta diretamente com a exclusão da maioria negra desses direitos burgueses fundamentais. Porém, não pode transformar-se no fim da luta contra a opressão. A luta pelas liberdades democráticas deve servir para impulsionar as massas a se chocarem com o estado colonialista e avançar para a tomada revolucionária do poder. Para isso, a luta pelos direitos democráticos deve subordinar-se a programa da revolução proletária.

Bolívia:

Por que a greve de fome no magistério?

No dia 14 de novembro de 89, o governo de Jaime Paz Zamora decretou o Estado de Sítio, interrompeu pela força a greve de fome dos professores e prendeu 4 mil grevistas, confinando-os em diversos campos de concentração do país. No mesmo momento, Wilma Plata, secretária da Federação dos Professores Bolivianos, anunciava a Resolução da Assembléia Geral do magistério "Organizar piquetes armados contra a repressão policial".

Um dia antes, 50 mil trabalhadores participaram de um ato em solidariedade aos professores. O ato concluiu numa batalha campal que durou horas. À parte da cada escola, a população organizava o apoio à greve, interrompendo do trânsito e se manifestando motoristas de táxi e de ônibus entraram em greve em apoio aos professores. A cidade parou e ao governo só restou o recurso da repressão aberta, quebrar a greve a golpes.

Nesse momento, os três professores em greve de fome, Miguel Lora, Telmo Roman e José Luis Alvarez ingressaram em estado de pré-coma, com desidratação aguda, extrema inanição e deficiências imunológicas graves. Levaram 24 dias de greve durante as quais só consumiram água.

O sentido da Greve de Fome

Determinado método de luta deve ser considerado na sua relação com o momento político no qual se aplica. A greve de fome pode ser uma medida defensiva e passiva, como no caso, por exemplo, de alguém que está preso. Mas mesmo assim, se a sua ação tiver respaldo externo, pode potenciar a mobilização das massas. Então uma medida aparentemente passiva se transforma em ativa.

O sentido da greve é que se afirma: Ponho minha vida na balança, estou disposto a morrer se não me concederem o que peço. Esta foi a atitude do heróico Bobby Sands, ativista do IRA que se declarou em greve de fome para que fosse reconhecida sua condição de preso político. Foi uma atitude passiva? Todos nós lembramos a comoção mundial que provocou e a imponente mobilização de massas que agitou a Irlanda e toda Inglaterra durante o seu jejum e depois de sua morte

Miguel Lora explica no seu folheto "A greve de fome e a mobilização popular" que boa parte da direção do magistério achava que não havia condição para organizar a luta antes do final de 89, e que se tratava somente de preparar a greve para o começo do ano letivo de 90. Inclusive os militantes do POR sentiram essa pressão, mas foi um erro, explica Lora. Os professores precisavam do miserável bônus de 100 dólares que o governo prometeu e não pagou. Havia desespero e fome nas bases, não se podia esperar. Ao mesmo tempo, uma série de fatores desfavoráveis dificultavam a deflagração de uma greve por tempo indeterminado.

Nessa situação, os dirigentes poderiam ter dito: "Não há condições para a greve, esperemos o momento em que haja, ou trabalharemos por ela a médio prazo". Esta não é a atitude de um dirigente revolucionário. A Federação de La Paz entendeu que o magistério somente precisava de um impulso para se lançar à luta. O impulso dado por um pequeno e heróico piquete de três militantes dispostos a morrer. A greve começou isolada, o governo fazia pouco caso dela e acabou num formidável movimento de massas, numa profunda crise política, num salto espetacular de consciência das massas com relação ao governo Banzer-Jaime Paz. É claro que nada disso teria acontecido se os grevistas não tivessem se respaldado na enorme vontade de luta das bases do magistério. Essa vontade estava presente, somente precisava ser sacudida, e detectar esse tipo de situação é a verdadeira arte do dirigente revolucionário.

Agora, a Bolívia tem um claro ponto de referência na Federação de Professores de La Paz e o de Llallagua, não por ação conduzida pelo trotsquismo (a esse respeito, convém sublinhar o heroísmo da camarada Célia Suarez, secretaria geral da Federação de Professores de Llallagua, em greve de fome até que a polícia a arrastou pela força, já inconsciente e à beira da morte a Igreja de Llallagua).

As massas não forem derrotadas, pelo contrário, o movimento popular se fortaleceu além do magistério. Por isso, 1990 pode ser na Bolívia um ano decisivo.

(Extraído do Jornal Masas-nº 30, Órgão do Comitê Construtor do Partido Obrero Revolucionário da Argentina).

A contra-revolução vence na Nicarágua

Não entregar o poder, armar as massas!

A vitória de Violeta Chamorro nas eleições é a vitória do imperialismo, da burguesia e da oligarquia fundiária sobre a revolução de junho de 1979. A estratégia de Washington e dos governos burgueses latino-americanos, lacaios do imperialismo, de derrubar o sandinismo e liquidar com as conquistas revolucionárias das massas finalmente teve êxito. Aquilo que os contras, armados pelos ianques, não conseguiram fazer pelas armas, a UNO o fez com o voto, também patrocinado pelos dólares americanos. A aliança dos sandinistas com os liberais burgueses desde o início da revolução e a sua submissão da vez maior aos capitalistas, que tiveram suas propriedades presevadas, cavaram a sua sepultura e o da Revolução, que custou milhares de vidas abnegadas. A vitória do imperialismo deve ser imputada aos próprios sandinistas, que ao negarem transformar a revolução nacional em revolução socialista (proletária), conduzindo-a à expropriar o grande capital, liquidar a oligarquia e estabelecer a ditadura do proletariado, como as massas procuraram fazer e foram barradas passaram a favorecer francamente a contra-revolução. Os sandinistas traíram a Revolução se submetendo às pressões do imperialismo! Os sandinistas traíram o proletariado e o campesinato pobre com a preservação do poder da burguesia! Os sandinistas traíram os mártires da guerra civil com o democratismo burguês. E os sandinistas traíram a nação oprimida e todo movimento revolucionário latino-americano entregando o poder a Chamorro! A vanguarda combatente e as milícias, que foram a espinhal dorsal da Revolução e estão ligadas às massas, levantaram a bandeira de "não entregar o poder" e "armar o povo". Os dirigentes sandinistas exortaram para não radicalizarem. Os revolucionistas devem dizer não a estes vendidos e covardes pequeno-burgueses! Que entregue o poder às milícias! Que se distribua armas aos operários e camponeses pobres! Que se formem os comitês armados com poder de decisão! Que se chame o proletariado a encabeçar a luta pelo governo operário e camponês (ditadura proletária). Que se convoque as massas para expropriar os capitalistas e grandes proprietários de terra. Que se salve a Revolução e morra o democratismo burguês! Abaixo Chamorro e os somosistas! Fora o imperialismo da Nicarágua! Fora a cúpula vendida e corrompida dos sandinistas!

No último dia 25 de fevereiro, a Nicarágua assistiu a vitória eleitoral da candidata de oposição apoiada pelo imperialismo, Violeta Chamorro, contra o sandinista Daniel Ortega. Trata-se de um acontecimento mundial, com desdobramentos que implicam num avanço da contra-revolução na América Central.

O primeiro responsável pela derrota é o próprio sandinismo. Levado ao poder pela insurreição armada de 70 que derrubou a ditadura Somoza, os sandinistas se propuseram a criar um governo de "reconstrução nacional" semelhante em tudo ao governo "Democrático e Popular" do PT. Um governo de coalizão com setores da burguesia nativa (Violeta Chamorro integrava a junta provisória do governo em 79). Que se propunha a governar um país semi destruído pela guerra civil sem tocar a fundo na propriedade privada, sem oprimir a burguesia, enfim, um governo que se propunha a fazer reformas progressivas que não sássem dos marcos do capitalismo.

Sem avançar rumo às transformações econômicas socialistas, os sandinistas levaram a Nicarágua a uma dependência da ajuda soviética e da burguesia, e ficaram completamente vulneráveis ao boicote dos americanos e estalinistas. A sua política vacilante, ora de con-

cessões ora de choques com setores burgueses, levaram a um fortalecimento dos setores mais ligados ao imperialismo, que engrossaram suas fileiras com os Zeros e as Chamorros da vida, e a um enfraquecimento do sandinismo junto às massas e até dentro de suas próprias forças. A ausência de uma perspectiva claramente revolucionária (que implicaria na luta pela ditadura proletária), levou os sandinistas a permitirem que a crise mundial se manifestasse a fundo em sua economia, que retrocedeu mais de dez anos. Os cortes da ajuda soviética agravaram ainda mais a situação. Foi então que o governo cedeu finalmente à imposição imperialista de realizar eleições, que por princípio não estaria em oposição aos ideais sandinistas.

Ao apontar para a implementação da democracia burguesa, o sandinismo selou seu destino. Nela, o imperialismo joga em seu campo próprio de classe e se utiliza do poder econômico e de corrupção eleitoral para desviar as massas a se colocarem por trás de uma perspectiva que não é sua, mas de seu inimigo. Diante de uma crise sem igual em seu país, as massas se iludiram com o "canto da sereia" imperialista e manifestaram seu descontentamento com a política do

A meta do imperialismo

Poucos dias antes das eleições nicaragenses, havia uma previsão unânime de que Ortega sairia vencedor. Os EUA declaravam que respeitariam o resultado das urnas, e já estavam contentes porque havia se instituído em toda a linha a democracia formal na Nicarágua, um instrumento para possibilitar o retorno da burguesia na direção do Estado, que nem de longe havia deixado de ser capitalista.

Contados os votos, o imperialismo explodiu de alegria. Imediatamente, formulou os pontos mínimos que seriam levados adiante pelo futuro governo: Desmobilização do aparelho sandinista, que controla a polícia, dois canais de televisão, a maioria das emissoras de rádio e um grande número de empresas de serviços públicos; revisão das propriedades confiscadas pela revolução, a serem restituídas ou compensadas "na medida do possível"; desestatização das principais bases da economia, inclusive do comércio exterior e desnacionalização dos bancos.

A conclusão é que o democratismo levou as conquistas obtidas pelas armas e pelo sangue das massas a voltarem "pacificamente" para as mãos da burguesia.

O PT e o sandinismo

Dentro do PT existem muitos defensores do sandinismo. E não havia de ser diferente: o PT defende um governo democrático e popular, saído do voto, que seria formado em coalizão com setores da burguesia, um governo de reforma capitalista; os sandinistas defenderam a formação de um governo com a mesma composição social na Nicaraguá. Chegaram ao poder através de uma insurreição das massas, mas, ao implementarem sua política, levaram o país à miséria e concluíram com a derrota eleitoral e a entrega do poder à burguesia pró-imperialista. O que não faria um governo democrático e popular eleito pelo voto no Brasil?

Há que se aprender com a história. Há que ser concreto. Não é possível expulsar o imperialismo, acabar com a miséria, revolucionar o campo e libertar as forças produtivas senão pela construção de um governo operário e camponês, expressão da ditadura proletária. O democratismo só leva à derrota.

Quantas derrotas mais serão necessárias para os eleitores aprenderem a lição?

sandinismo acabando por apoiar seu próprio carrasco.

A responsabilidade stalinista

O estalinismo tem grande responsabilidade pelo resultado das eleições nicaragüesas. O governo de Moscou, em acordo com o imperialismo e seguindo sua política de coexistência pacífica, associação dos "interesses Universais" dos dois sistemas, e certamente respondendo a sua parte dos acordos de desarmamento, cortou a ajuda financeira que respondia por grande parte da vitalidade da economia. Isolou assim a Nicarágua e a deixou sob a pressão da crise econômica e do cerco imperialistas. Mas foi ainda além. Os "comunistas" apoiaram a candidata do imperialismo nas eleições. Integraram a frente que lhe deu sustentação, chamando o voto no imperialismo.

A conduta dos defensores da "Prestroika" na Nicarágua mostra que são uma corrente internacional contra-revolucionária, que colabora com o imperialismo e que precisa ser varrida de cena pela revolução política nos países do Leste Europeu e da Rússia, e combatida sem tréguas nos outros países do mundo.

Para onde vai a Nicarágua?

A vitória eleitoral de Chamorro não significa que as mudanças que propõe o imperialismo aconteçam de uma hora para outra. O imperialismo, derrotado na sua política de financiamento dos contras, espera com a vitória eleitoral abrir caminho para a contra-revolução, que só pode vir de fato com o desarmamento das milícias, o fortalecimento da burguesia e a quebra da base militante sandinista. Por isso, os bancos internacionais já se colocam por ajudar financeiramente o futuro governo para que este tenha fôlego suficiente nos primeiros momentos a fim de contornar momentaneamente a crise econômica. Isso poderia criar as condições para um refluxo das massas, e o governo poderia vir com o desarmamento forçado. Um outro obstáculo para o imperialismo, o exército sandinista, teria que ser desestruturado, através da sua hierarquização nos moldes exigidos pelo imperialismo e da quebra de sua base de apoio que ainda lhe resta junto às massas. Como fortalecimento da burguesia nativa e o estabelecimento de estreitos vínculos econômicos com o imperialismo, estarão dadas as condições para uma investida repressiva e possivelmente um banho de sangue que se seguirá e abrirá totalmente as portas para a rapina imperialista.

As bases sandinistas, ao conhecerem o resultado das urnas, logo se colocaram por não entregar o poder. Os líderes sandinistas, para aplausos das burguesias do mundo inteiro, logo confirmaram que Chamorro tomará posse. A única alternativa à contra-revolução está justamente na proposta das bases sandinistas: não entregar o poder ao imperialismo.

É preciso armar as massas para garantir a derrota da burguesia e avançar rumo à ditadura da maioria oprimida contra a minoria opressora. O sentido contrário é o da capitulação ao imperialismo e o da abertura de portas ao massacre que está por vir.

A autoconfiança pequeno burguesa

Os sandinistas foram levados pelas massas em armas ao poder. As massas insurretas utilizaram a guerrilha sandinista e derrubaram a ditadura de Somoza. Depois enfrentaram vitoriosamente a contra-revolução instigada pelo imperialismo através do financiamento aos contras. Pelas armas, o imperialismo foi derrotado. Mas, através do voto, saiu vitorioso e derrubou os sandinistas.

Enquanto os trabalhadores e a juventude revolucionária viam nos contras um inimigo da Revolução, defenderam-na ao custo de suas próprias vidas. Mas a ilusão eleitoral não foi enxergada pelas camadas mais atrasadas como um inimigo, e sim mistificada pelo próprio sandinismo. Assim, pacificamente, apoiado na soberba autoconfiança eleitoral dos sandinistas, o imperialismo deu um grande passo para a contra-revolução na Nicarágua e na América Central. O que não foi possível através das armas, fizeram através do voto.

Em Tempo (DS) e os sandinistas

Algumas correntes de esquerda sempre fizeram apologia do sandinismo como sendo uma corrente revolucionária. A Democracia Socialistas(DS), ligada ao Secretariado Unificado(SU), foi uma das mais ardorosas defensoras dessa tese. Segundo a mesma, a chegada dos sandinistas ao poder seria o passo para a construção do socialismo. Por essa razão, apoiaram integralmente a estratégia sandinista do governo de reconstrução nacional, isto é, a aliança com a fração burguesa liberal. Não é de estranhar que a mesma correnta, já que essa corrente defende no Brasil um "governo" permitido com os trabalhadores", que poderia ser alcançado através de uma Frente Popular nas eleições. Não é de estranhar também que uma corrente que nega de fato sistematicamente a necessidade da construção de um partido revolucionário no Brasil, no Leste Europeu, no mundo todo, negue também na Nicaragua e considere que o sandinismo já é suficiente. Para a mesma, é possível chegar ao socialismo sem a revolução proletária. No Brasil, o PT com seu governo democrático e com sua tática de aliança com os progressistas também poderia assim chegar ao "socialismo democrático".

Agora, com a derrota sandinista, salta aos olhos a impotência política dos revisionistas do SU, que apoiaram uma linha que afinal de contas concluiu por devolver o poder aos pró-imperialistas. A experiência nicaraguense mostra mais uma vez que a "democracia socialista" do SU nada mais é que uma espécie de social-democracia disfarçada, que não se confunde com a ditadura proletária, que suprime a democracia burguesa, institui o poder direto das massas contra os opressores e se arma da democracia operária (soviética).

A teoria marxista da revolução se confirma de novo

O marxismo, ao estudar o desenvolvimento concreto do capitalismo, conclui que, nos países atrasados, onde não se resolveram as tarefas nacionais e democráticas, a luta pela solução das mesmas só pode ser encabeçada consequentemente pelo proletariado. E que este, ao fazer a revolução para resolver essas tarefas, não se deteria nas mesmas, mas avançaria rumo às medidas de caráter socialista.

Na Nicarágua se confirmou essa tese da teoria da Revolução Permanente com toda a clareza. Os sandinistas encabeçaram uma revolução que pretendia emancipar a nação e resolver as tarefas democráticas. Mas, ao permanecerem nos marcos da propriedade burguesa e do capitalismo de Estado, só poderiam terminar derrotados. Ao não avançar contra a burguesia nacional, expropriando-a, ao não avançar rumo às transformações de caráter socialista, ao não erguerem a ditadura proletária, os sandinistas permitiram que o imperialismo e a burguesia nacional sabotassem a economia, levassem as massas à miséria, e criassem o descontentamento que permitiu a vitória de Chamorro.

Somente com a economia nas mãos das massas é que se poderá enfrentar o imperialismo. Somente expropriando a burguesia será possível avançar a revolução e defendê-la contra a asfixia imposta pelo imperialismo, pelas burguesias latinoamericanas e pela própria colaboração da Perestroika.

Os fatos confirmaram novamente a teoria da revolução permanente, e a correção da estratégia da ditadura proletária.

Chamado do Comitê de Enlace para a Reconstrução da IV Internacional

Nos dias 26, 27 e 28 de Janeiro foi realizada em La Paz, Bolívia, a reunião do Comitê de Enlace, que engloba o Partido Operário Revolucionário da Bolívia, o Comitê de Reconstrução do Partido Operário da Argentina. O Socialismo Revolucionário do Uruguai, e a Tendência pelo Partido Operário do Brasil. O ponto central das discussões foram os acontecimentos do Leste Europeu. A fixação de uma posição clara e inconfundível sobre o desmoronamento do estalinismo e a luta das massas nas fronteiras dos Estados Operários degenerados foi considerada essencial para uma campanha internacionalista. A razão está em que se trata de um fenômeno de alcance histórico, no qual está em jogo a estratégia do proletariado na sua luta pela derrocada do capitalismo e pela construção do comunismo. A crise econômica e política que estourou no Leste europeu, com epicentro na Rússia, pelo papel que ocupa nas conquistas revolucionárias do proletariado e pelo destaque do estalinismo, está impulsivamente um processo de luta de classes, cujo resultado poderá ser o da revolução política, portanto da reconstrução das bases socialistas, ou da contra-revolução pró-capitalista.

Nestes países, o imperialismo exerce uma intervenção maciça e estratégica, aproveitando-se da desagregação do aparelho estalinista, que há tempos vem desarmando o Estado Operário, e de sua própria política de reformas pró-burguesas (Perestroika). Ao mesmo tempo, o proletariado se vê impulsionado à luta, abrindo caminho para esmagar o estalinismo contrarrevolucionário e exercer seu verdadeiro papel de domínio sobre a economia estatizada e sobre o poder do Estado,

que é fundamental para abrir um novo ciclo de desenvolvimento das forças produtivas socialistas. A luta das massas certamente passará das reivindicações mais elementares e de democracia difusa, alimentada esta última pelas correntes democratizantes pró-burguesas, para a defesa das bases da propriedade coletiva contra a reconstituição da propriedade burguesa, o que pressupõe o combate pelo controle do poder do Estado, isto é, reconstruir a ditadura proletária e fortalecer o Estado Operário contra as tendências pró-burguesas internas e contra o imperialismo.

Desta forma, o Comitê de Enlace, ao contrário dos festivos pseudo-trotsquistas, verifica que nestes países ocorre um processo político e social contraditório, onde estão colocadas as tendências da contra-revolução e da revolução política. E o problema chave, que daí se desprende, é a necessidade inelutável de construir as direções proletárias revolucionárias, que não poderão ser outras senão aquelas que se coloquem pelo partido da revolução mundial, pela derrubada do estalinismo e pela reconquista do poder pelas massas, apoiada no proletariado. Portanto, o rechaço às posições democratizantes, sociais-democratas e todas as variantes pró-burguesas, agentes do imperialismo, é de fundamental importância para a luta contra a própria reação estalinista. Nesse sentido, o comitê de Enlace, que se destina a trabalhar pela reconstrução da IV Internacional trotsquista, aprovou realizar uma campanha tendo por base a declaração política que reproduzimos logo abaixo.

Por em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista (IV Internacional)

1. Em meio a crise estrutural do capitalismo mundial, do afundamento do imperialismo, da agudizada luta das massas no mundo inteiro contra a exploração capitalista e pela libertação nacional dos povos oprimidos e da ausência de uma direção revolucionária, assistimos à derrubada da burocracia estalinista contra-revolucionária, dos partidos Comunistas, que tão abusivamente usurparam as gloriosas bandeiras da Revolução de Outubro e os nomes de Marx, Engels e Lenin. Não se trata da quebra do marxismo, do comunismo, nem da revolução, senão da camarilha termidoriana que sempre serviu nos interesses do imperialismo e que se empenha e criminosamente contra o movimento operário revolucionário mundial.

2. A burocracia estalinista tem deixado para trás seu papel dual do passado (trabalhar contra a política revolucionária, impedir o acelerado desenvolvimento das forças produtivas) para se converter abertamente em instrumento manejado diretamente pelo imperialismo em seu propósito de destruir os fundamentos econômicos do Estado Operário, do comunismo.

Os Partidos Comunistas — na medida em que não explicam nem superem criticamente o estalinismo, sua natureza contra-revolucionária e as causas do nefasto papel jogado no seio do movimento operário — não poderão se autogenerar, voltar à linha revolucionária, senão que seu destino é acabar pulverizados, convertidos em partidos social democratas e em adoradores do cretinismo parlamentar. O objetivo é por em pé — através da análise marxista crítica, da polêmica sem concessões aos partidos e grupos que se reivindicam do movimento operário, da esquerda — verdadeiros partidos revolucionários marxistas-leninistas-trotsquistas, estados maiores provados do exército proletário.

3. A derrocada da burocracia estalinista é conseqüência da rebelião das massas contra a ditadura contrarrevolucionária, movimento em cujo seio se chocam as tendências pró-burguesas — quase sempre democratizantes — e as proletárias que se projetam para a revolução política, cuja vitória

colocará a reconquista do poder pela classe operária à cabeça das massas e a afirmação da ditadura proletária, da democracia operária e do pluripartidarismo das expressões políticas da maioria nacional.

4. Este processo, no qual se concretiza a luta de classe em escala internacional, é sumamente contraditório. Os meios de comunicação controlados pelo imperialismo querem apresentá-lo como o retorno ao capitalismo, à democracia formal. Cuidadosamente, ocultam as tendências, os germes da revolução política, que permitirão a plena vigência da democracia operária.

Não se pode negar que o pior inimigo do processo revolucionário se encarna nas tendências democratizantes burguesas. Corresponde às direções revolucionárias empunharem com firmeza a bandeira da revolução política.

5. A luta está sendo travada entre os esforços que faz a burguesia para implantar a propriedade privada nos Estados Operários degenerados e a revolução política que se dirige a recuperar o poder para o proletariado e esmagar a burocracia. Por isso mesmo, a vitória exige a presença de vigorosos partidos revolucionários, do Partido Mundial da Revolução Socialista (IV Internacional).

6. Corresponde ganhar os melhores elementos dos velhos partidos esquerdistas e as massas, em torno do programa da revolução política, da autodeterminação das nacionalidades e da concretização do programa de transição para o processo que estamos vivendo. Para salvar os germes materiais do comunismo, temos a obrigação de por em pé a IV Internacional.

Falamos de uma Internacional trotsquista, revolucionária, regida pelo centralismo democrático, capaz de fixar coletivamente a linha política, e não de internacionais democráticas que englobem as tendências socialistas mais díspares sob o rótulo de Internacional dos Trabalhadores oposta à burguesia, porque não seria uma verdadeira direção revolucionária e porque em seu seio os núcleos trotsquistas acabariam se dissolvendo.

La Paz, 28 de Janeiro de 1990